



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 16/X-2º/2010-11

1 - Aos três dias do mês de Outubro de dois mil e onze, pelas 21H15, no Vitória Clube das Quintinhas, sitas na Rua Eugénio Salvador, nº 46, na Charneca da Caparica, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de Setembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Desafecção de Parcela de Terreno".

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Suspensão Parcial do Regulamento do PDM".

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara".

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para vigorar em 2012"

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Lançamento de uma Derrama sobre a Colecta do IRC para o ano de 2012"

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Extinção da CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional, EIM - Agência de Desenvolvimento Regional de Setúbal".

2 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1905/X-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1935/X-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1929/X-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Vítor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1930/X-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Sr. Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1931/X-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 03 de Outubro (Ent. 1878/X-2º), (**Conforme Anexo VI**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira, do PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV**).
- O Candidato Sr. José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XV**).
- O Candidato Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XVI**).
- O Candidato Sr. Vítor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. Vítor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexo XVII**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa e por impedimento da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos XVIII e XIX**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 03 de Outubro, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.^a Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse Anexos XX e XXI**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Cacilhas, Charneca de Caparica, Costa da Caparica e Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justos impedimentos dos Presidentes dos respectivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor Rui Ribeiro Perdigão, Senhor Manuel de Passos Pacheco Simões, Senhora Patrícia Rocha Brighenti, Senhor Brás Marcos Mira Borges, respectivamente, (**Conforme Anexos XXII, XXIII, XXIV e XXV**).

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor António Heleno Cardoso, residente na Charneca de Caparica.

5.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor António Heleno Cardoso:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é António Heleno Cardoso.

Sou freguês da Charneca de Caparica.

Tenho uma habitação na Rua António Santos, na Aroeira, com licença de habitação desde sempre, ou seja, desde 1993.

A Rua António Santos é servida pela chamada Avenida António Pedro.

O loteador que me vendeu o lote pagou, no final dos anos 80,

a) o arranjo dos espaços exteriores correspondente à minha rua

b) doou um lote duplo à Câmara como contrapartida para a legalização do processo e para as infra-estruturas.

Como é evidente, os custos correspondentes foram repercutidos no custo do meu lote e dos restantes.

Os dois lotes doados pelo loteador apareceram no Mercado e foram comprados há cerca de 10 anos, por 18 000 contos = 90 000 euros = 10 000 euros por morador.

Na minha rua não há qualquer vivenda por construir.

O último proprietário a construir pagou (repagou) cerca de 15 000 euros de arranjos de espaços exteriores. Ele e todos nós.

Embora seja publico alguns moradores próximos vivem em zonas urbanas ilegais, essa é uma situação claramente minoritária ao longo da avenida.

A Rua António Santos e a Avenida António Pedro, que a serve, estão em terra batida.

No Verão, não se pode andar a pé na avenida, tal é a quantidade de pó levantado pelas viaturas que nela circulam - e não precisam de passar de 30 a 40 km/hora; No Inverno, os buracos não permitem andar mais de 10 metros em linha recta.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Tendo os moradores pago e "repago" na sua maioria, arranjos dos espaços exteriores a questão é: Qual a razão para o referido estado de coisas? Quando é que a Câmara Municipal de Almada cumpre a sua parte no acordo social implícito aos referidos pagamentos?

Em reunião com a Senhora Vereador Amélia Pardal, em Novembro de 2010 foi dada a indicação de que o processo estava em andamento. Não se comprometeu com datas, mas tudo indicava para que as obras se iniciassem este ano. Isto é para valer ou vamos ter que continuar a comer pó e a arregaçar as calças para chegar a casa?

Acresce que estando a avenida por asfaltar a mesma se torna muito apelativa para despejo de lixos de moradores das redondezas e o que é pior essencialmente os moradores das áreas consolidadas. Não querem o lixo em casa vão despejá-lo na rua por fazer.

Este Verão a Avenida António Pedro foi regada regularmente. Mostra alguma sensibilidade para o problema mas, sinceramente, não resolve nada. 15 minutos depois da rega é como se nada se tivesse passado.

Estamos nesta Assembleia porque os serviços não nos respondem às perguntas que formulei. Os Arquitectos estão sempre em reuniões; os administrativos não sabem, como é natural.

O que tem esta Câmara a dizer sobre isto, quando no resto do País até os caminhos de cabra estão asfaltados e se gastam dinheiros na sede de Concelho em menhires que, sendo esteticamente questionáveis, são de utilidade prática nula?

Há 18 anos que paguei por infra-estruturas que não tenho. O que faria a Senhora Presidente se, como eu, se sentisse espoliada ... para não usar outro verbo?"

5.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Hugo Miguel Rufino Marques, residente na Charneca de Caparica.

5.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Hugo Miguel Rufino Marques:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os tempos que decorrem são tempos difíceis para milhares de portugueses. Tenho a consciência de que qualquer investimento que seja feito, tem de ser muito bem pensado antes de avançar. Mas eu venho aqui hoje apresentar um projecto que visa melhorar a vida das famílias de Almada.

O projecto intitula-se por "Dar de Volta" e começou no Concelho do Seixal com o objectivo de proporcionar aos munícipes a reutilização de manuais escolares, que já não são necessários, e que podem ser reaproveitados, apoiando a comunidade e rentabilizando não só os rendimentos familiares, mas também o meio ambiente.

"Dar de Volta" é um projecto que conta com todos e se baseia nos conceitos de solidariedade e rentabilização de recursos que a autarquia, neste caso do Seixal, se propôs levar a cabo, em cooperação com as famílias e as escolas do concelho e que visa encorajar e proporcionar aos munícipes a reutilização dos manuais escolares.

"Dar de Volta" pretende ser uma rede social de partilha que permite:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1- Facilitar a todos alguns dos meios essenciais ao processo individual de acesso às vantagens do ensino e da aprendizagem, valores fundamentais para a instrução das pessoas e afirmação social da democracia;
- 2- Aproveitar e melhorar os rendimentos familiares, por via de uma prática de racionalização e reaproveitamento de recursos;
- 3- Afirmar perspectivas ecológicas, contribuindo para a promoção do ambiente e combate ao desperdício, pois importa lembrar que o papel se faz com árvores.

Desta forma sugiro, como munícipe, que seja criada, por exemplo, uma comissão que avalie os prós e contras deste projecto tendo por base o que está implementado no Seixal."

5.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor José Justino Barros Gomes, residente na Charneca de Caparica.

5.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor José Justino Barros Gomes:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu no fundo sou vizinho da primeira pessoa que falou, e vivo na Avenida António Pedro, lote 45, e o problema foi aquele que já foi dito pelo meu vizinho, realmente as circunstâncias em que no Verão nós somos forçados ali a viver, com o pó que se levanta naquela rua em que uma pessoa não consegue estar cá fora, enfim, para não falar já dos problemas que podem advir para a saúde, é um problema de facto que deveria ser encarado a sério pelas entidades camarárias. E é justamente para esse aspecto que eu estou também aqui a recorrer, mas não tenho muito mais a dizer porque o meu vizinho e amigo já disse tudo o que havia a dizer sobre este aspecto. Mas realmente nós agradecemos imenso que vissem se este assunto podia ser resolvido porque aquilo é muito mau o que se está ali a passar. Durante o Inverno e à chuva tudo bem, assim que o tempo começa a secar aquilo é um inferno."

5.4 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Rosário Quintas, residente na Charneca de Caparica.

5.4.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Rosário Quintas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me com muita frontalidade apresentar aqui o meu desagrado pela situação ocorrida na passada sexta-feira em que a Câmara Municipal foi impedida de responder aos seus munícipes. Sei que dir-me-á que é regimental, que é perfeitamente normal, habitual, mas penso que deveriam evitar situações destas, até porque em concreto dois munícipes fizeram intervenções em que fizeram acusações graves à Câmara Municipal, já para não falar de alguns insultos que foram proferidos, e quanto mais não fosse na figura da defesa da honra, pelo menos a Câmara a esses dois Munícipes devia ter tido o direito de responder.

Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, hoje é dia 3 de Outubro, véspera de 4 de Outubro dia do animal, e por isso penso que tem todo o sentido hoje e aqui junto de vós, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, trazer o tema dos animais abandonados. Porque os animais abandonados precisam de uma segunda oportunidade, estamos na Charneca da Caparica, estamos perto da Aroeira onde existe um canil que precisa da ajuda da Câmara Municipal, e que subsiste da mercê e da vontade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e da solidariedade de algum grupo de pessoas. Os animais abandonados são um flagelo que urge repensar e que urge encontrar soluções para minorar o sofrimento dos animais. Mercê de um divórcio de um cãozinho que era muito giro quando era pequeno mas depois teve a infelicidade de crescer, de um pêlo que começou a chatear, de uns donos que morreram, etc., etc., todos os anos vão para a rua milhares de animais. E a solução maus amigos não passa pela recolha e abate de animais saudáveis. E não passa porque não resolve a situação, de maneira nenhum resolve a situação. E por isso é importante que a Câmara Municipal encontre na experiência de outras Câmaras que já deram passos significativos nesta matéria e que também ela colha essas experiências positivas.

Há tempos um freguês aqui da Charneca de Caparica encontrou uma cadelita que tinha tido nove ninhadas, procurou a ajuda do canil municipal, não, não era possível essa ajuda. Felizmente essa pessoa não desistiu e conseguiu encontrar através dos vários Veterinários locais e outras pessoas, conseguiu encontrar danos para esses nove cãesitos.

Há tempos também procurámos ajuda para uma cadela, a ajuda também não era possível. Por isso Sr.^a Presidente permita-me o atrevimento mas sugeria que a Câmara Municipal Almada, procurasse junto da Câmara Municipal do Seixal, junto da Câmara Municipal de Cascais, da Lousã, de Famalicão, de Sintra, onde está a ser feito um trabalho notável no canil municipal em colaboração com as várias associações do Concelho. Portanto, é preciso encontrar soluções que passam com as várias campanhas de adopção de donos responsáveis. Porque é preciso ter a sorte de encontrar donos responsáveis. Que passe pela campanha que urge e Srs. Deputados Municipais também aqui têm um papel importante na discussão e trazer até vós este tema, da situação de castrar os animais de rua, e há imensas associações que estão dispostas a colaborar.

Há cidadãos anónimos que estão dispostos a dar de si nessa solução. É preciso encontrar soluções que passa por não deixar os animais abandonados, que também nós merecemos uma segunda oportunidade a mostrar-lhes que somos de facto uma espécie humana digna deste nome."

5.5 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Victor Reis, residente na Charneca de Caparica.

5.5.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Victor Reis:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Charneca de Caparica tem história, embora muitos dos habitantes pensassem que não, na verdade a Charneca de Caparica tem história. Tem um vasto património imaterial e tem muito património material na casa de muitos dos fregueses da Charneca de Caparica. Existe no território da Charneca duas casas ainda de traça antiga, as chamadas casas de rendeiros que se encontram na área de intervenção do IC 32 embora não na parte directa.

Perdemos uma grande oportunidade no tempo das vacas gordas de adquirirmos para o património material da Charneca a Quinta de Monserrate, deixo aqui o desafio e espero que seja adquirida uma dessas casas para um futuro Museu da Charneca de Caparica que tem património que merece. Foi referido na passada sexta-feira o problema da iluminação pública e dada aqui uma justificação científica da forma como está realmente a ser tratada a iluminação na Charneca de Caparica, a verdade são



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

coisas de velhos reformados, mas eu estou a levantar-me às seis da manhã, e desloco-me na Charneca de Caparica a partir das seis da manhã completamente breu, tenho medo. Encontro a única iluminação disponível na verdade é a funcionária que está a funcionar vinte e quatro horas por dia. Realmente põe-se a dúvida se o sistema astronómico está a utilizar a hora UTC no tempo coordenado universal ou se está a utilizar a hora legal em Portugal, face a uma diferença de uma hora é uma hora que é fundamental porque realmente às sete horas já o dia é claro, pelo menos a aurora está aí. Fico também chocado porque passo do Concelho de Almada para o Concelho do Seixal e assim que entro na Freguesia de Corroios a iluminação é completa a essa hora do dia quando eu me desloco para aí.

Finalmente queria referir e toda a minha intervenção pode ser incluída na temática para que não seja classificada de outra maneira de defesa da Charneca da Caparica, quero referir que a Autarquia da Charneca, e eu entendo por Autarquia um território, a população e realmente um corpo que depois é eleito democraticamente e que gere o funcionamento da Autarquia em termos de território é o mais extenso do Município de Almada, em termos de população, nos últimos dez anos cresceu cerca de 45%, enquanto que o crescimento estimado para o Concelho de Almada é de oito por cento, pelo menos foi o número que vi algures nos órgãos de informação. Estamos a contribuir fortemente para que o nosso Município cresça em população. Em termos de eleitores, portanto em termos políticos neste momento o Executivo da Charneca de Caparica é composto por cinco elementos e na Assembleia de Freguesia por treze, de acordo com os dados também disponíveis, já desde Abril ou Maio que teremos direito, e há um deficit portanto de autarcas de sete elementos no Executivo e dezassete elementos na Assembleia de Freguesia. Isto para dar imagem de que se trata realmente de uma Freguesia muito grande, muito importante e eu nem me quer passar pela cabeça que não há obra nesta Freguesia, porque há obra na Freguesia. Simplesmente se olharmos para o Boletim e esse assunto já foi aqui tratado muito superficialmente, para o Boletim Municipal, para o Boletim Almada o que verificamos é que este último ano, desde Janeiro ocupamos, a Charneca da Caparica três por cento do Boletim, em Fevereiro um por cento, em Março zero por cento, portanto uma ocupação que não representa realmente a dimensão e a importância que essa Freguesia tem para o Município."

5.6 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Eduardo Jorge Ferreira dos Santos, residente na Caparica.

5.6.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Eduardo Jorge Ferreira dos Santos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vim trazer aqui um tema que já nesta Assembleia foi focado por caparicanos, é um tema recorrente, que é o tema do apagão. Eu tenho tido algumas dificuldades de sair de casa às seis da manhã. Sou operário, trabalho cedo e já dei quase comigo a bater com a cabeça nos postes, o que tenho evitado. E na sequência de uma entrevista dada pela Ex.^a Sr.^a Presidente à Antena 1, a Sr.^a Presidente falou em relógios astronómicos. Como electricista nunca ouvi falar nisso, mas deve ser uma coisa nova ligada a astrolábios ou qualquer coisa assim do género.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E ao que parece essa fantástica maquina seria sensível às mudanças climáticas, às mudanças de luminosidade, mas não é o que parece ser. Não é o que parece ser porque é escuro como breu no Monte de Caparica. E quando a Sr.^a Presidente falou nisso, falou numa coisa a que nós somos sensíveis, que é a questão dos custos, e parece que é uma despesa relativamente elevada a nível da iluminação pública, trezentos mil euros e corrijam-me se estou enganado. Porém eu aqui trazia uma solução para o problema, eu chamava-lhe o "ovo de Colombo" não é nenhuma mente brilhante como a minha, mas que tem sido usado noutros Concelhos. E que é tão simples como desligar metade dos candeeiros. É claro que o trabalho tem que ser feito em conjugação com a EDP, mas é tão simples como isso, e é um trabalho que demora por candeeiro um minuto a fazer. E posso-lhes garantir isso porque como electricista eu sei o que é que estou a dizer. Com isso poupava-se cinquenta por cento da carga e teria muito mais vantagens do que esta questão dos relógios astronómicos, os meus gatos lá em casa queixam-se, que eu já os pisei quando me levanto às seis da manhã com o escuro e as esquinas também, porque já tenho batido com a cabeça nalgumas. Mandaram-me acender a luz, tudo bem, mas na rua não há interruptor para os candeeiros. E portanto, esta solução que foi já encontrada noutros Concelhos penso que é uma questão de se falar e poderá ser o "ovo de Colombo" para esta situação.

A Sr.^a Presidente quando falou nessa entrevista disse que eventualmente não ficaria por aqui quanto a poupar energia. Portanto eu deixava esta sugestão e é para as pessoas, os Vereadores responsáveis pensarem nisso.

Queria falar agora sobre outro assunto e é uma pergunta também bastante directa e simples a Sr.^a Presidente que é para quando o envio para publicação em Diário da República da decisão da reunião Camarária de 21 de Julho último para promover a consulta pública popular. É porque este Plano de Urbanização de Almada Poente tem um período de consulta pública de sessenta dias, e traz-me preocupado, como caparicano que sou e com os problemas que aquela envolvência territorial traz, como os desequilíbrios e a guetização a que temos sido submetidos, eu penso que estes sessenta dias se calhar não são suficientes para encontrarmos uma solução coerente que tenha a ver com uma melhoria substancial numa zona que tem sido um bocado abandonada, deixada um bocado entregue a si mesmo com problemas, na questão do desempenho local, a questão que é tão querida à maioria CDU que é a questão da multiculturalidade e que uma notícia que deixo aqui em primeiro lugar e que já deverão ter conhecimento uma Moção que na última Assembleia dia 23 do mês passado foi aprovado em Assembleia de Freguesia com os lamentáveis votos contra da CDU, no sentido de promover a discussão deste Plano, e com argumentação que me preocupa duplamente, e a argumentação baseava-se no seguinte, esta situação já foi discutida há 5 anos e portanto não é necessário ser discutida, já está tudo resolvido, os problemas estão todos resolvidos e na base dessa argumentação votaram contra. E portanto eu pergunto, para além da questão de saber quando vai ser publicada em Diário da República ou para quando vai ser enviado, porque o problema é que terá sido enviado. Será que a maioria, a nossa Câmara estará verdadeiramente interessada em discutir o problema da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Caparica? É uma pergunta que eu deixo aqui. Há aqui mais uma situação que é a questão dos cães abandonados que foi referido aqui. Eu tenho muita preocupação com os cães abandonados já o tenho referido aqui noutras ocasiões, preocupa-me mais as pessoas e a degradação social com a actual austeridade que nos está a envolver, e portanto preocupa-me muito mais a assistência às pessoas, à pobreza e preocupantes situações de ruptura em termos sociais que poderão eventualmente se estar a aproximar."

5.7 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.7.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Então procurando dar os esclarecimentos possíveis relativamente às questões que os nossos múnicipes aqui nos trouxeram e que eu gostaria de saudar pela vossa participação na Assembleia Municipal.

Dizer também que nós na Câmara reunimos à primeira e à terceira quarta-feira de cada mês e que também existe um período sem limite de tempo para as intervenções, depois das decisões da Câmara, para os Múncipes que nos colocarem as suas preocupações e as suas sugestões, fica aqui também a nota.

Em relação à Av.^a António Pedro que foi aqui colocada por dois moradores da Aroeira, portanto Av.^a António Pedro, dizer rapidamente o seguinte, este território é um território muito particular em que por um lado há zonas de lotes destacados e há as zonas das quintinhas de cinco mil metros. De acordo com o que tem vindo a acontecer o que é que se pode dizer, todo o dinheiro recebido pela Câmara está investido ao nível do saneamento básico, quer ao nível dos fluviais, quer dos esgotos, quer do abastecimento de água, foi todo ele investido. Entretanto, porque esta área é muito complicada, tem alguma dimensão, foi desenvolvida uma estratégia para a intervenção neste território procurando associar os proprietários que não têm urbanizações com alvará de modo a que se associassem e assumissem a execução das chamadas infra-estruturas periféricas da Aroeira. Isto é mais complexo, não é possível explicar com detalhe aqui, mas dizer que por exemplo neste momento a Av.^a Egas Moniz está feita, com muito boa qualidade e com uma pista ciclável e é o primeiro exemplo realizado e concreto daquilo que vai acontecer nas periféricas da Aroeira. A Av.^a António Pedro já tem projecto feito, espera-se que até ao fim do ano seja feito o contrato de urbanização com o grupo de pessoas que se associaram. Estamos a falar do Grupo D da Aroeira, para o qual existe um Protocolo estabelecido entre vários representantes de Associações de Moradores e tudo leva a crer que estarão com outra dinâmica, teremos contratos de urbanização até ao fim do ano e a seguir avançar-se-á e avançarão obviamente os próprios como se sabe não entregam à Câmara a verba que outros entregaram e foi aplicada nas infra-estruturas do subsolo, nas águas, nos esgotos, nos pluviais, mas executam a via com o pavimento, os passeios, as ciclovias, etc.. Portanto, é o que queria dizer. Este ano houve de facto uma intervenção muito regular no sentido de evitar os problemas que tinham sido detectados de poeira,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não resolve como o nosso Munícipe disse, mas houve uma intervenção sistemática, regular naquele território.

A Sr.^a Vereadora já atendeu há algum tempo, mas está sempre disponível para atender, obviamente se for necessário.

Portanto o Sr. António Cardoso já teve em tempos uma reunião com a Sr.^a Vereadora e portanto, se for necessário fazer alguma reunião de modo a que percebam todos melhor quais são as perspectivas próximas far-se-à.

Queria deixar nota que o Projecto "Dar de Volta" está em curso no nosso Concelho. O Projecto "Dar de Volta" por exemplo este ano já contemplou cerca de três mil famílias a quem foram entregues livros e estima-se que pode haver aqui uma economia na ordem dos quarenta mil euros. Portanto, nós estamos no Projecto, este Projecto começou por iniciativa da Associação de Municípios da Região de Setúbal e não é só o Seixal que está envolvido, também nós e portanto há resultados já concretos nesta matéria. Os Múncipes não podem saber tudo, ainda bem que colocam a questão porque nos permite dar conta dos resultados.

Também queria dizer à nossa Munícipe e Autarca Rosário Quintas, que nós temos um Projecto também de Canil Municipal que tem vindo a ter desenvolvimentos que eu considero muito interessante, o Projecto é um Projecto muito sério, temos um Veterinário Municipal muito dinâmico e com projectos de relação também com as Associações e com as pessoas com resultados também alcançados de muito mérito. Dizer que nós temos também o programa de adopção, portanto no próprio site da Câmara isto está em permanência a funcionar, não quer dizer que não devemos conhecer outras experiências, com certeza, também outros colegas vêm conhecer as nossas e portanto tudo o que faz bem merece ser conhecido para melhor podermos cada uma de nós acompanhar e resolver os problemas das populações.

A filosofia aqui trazida de trabalhar com as Associações, de fazer a adopção, etc., campanhas, está presente.

Dizer que há um problema que tem sido difícil porque é um espaço privado e não é um assunto que eu possa à exaustão falar aqui, mas conhecemos, já fizemos muitíssimas diligências, não tem sido fácil embora não se tenha desistido, mas é complexo. É complexo porque trata de uma iniciativa um bocadinho também ela complexa e difícil de ter solução. De qualquer maneira o nosso próprio Veterinário também está a acompanhar e em cima para além do Vereador.

Dizer ao Vitor Reis, claro que a Charneca tem muita história, é autor de um livro extraordinário sobre a Charneca, tive oportunidade de estar no lançamento e percebi e tenho-o comigo e já o li, acho que é um grande contributo para a Charneca e o nosso Concelho, do nosso Património. Dizer que a Quinta do Monserrate não precisa de ser comprada nem antes, nem depois, porque ela está perfeitamente salvaguardada a vinda à posse da Câmara, através de uma urbanização que o proprietário sabe que tem aprovada no âmbito da Câmara e que para ser viabilizado tem que entregar previamente à Câmara exactamente a Casa da Quinta de Monserrate. Claro que entretanto o proprietário não conserva e vai-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se degradando mas é o problema mais geral que nós temos, não só em Almada como por ai e que estamos a intervir, enfim aproveitando as Leis que entretanto vão surgindo para também interagir com os proprietários.

Eu queria deixar nota de que nós estamos muito atentos a esta questão da iluminação pública. Estamos muito atentos. Os nossos serviços com os nossos dirigentes, com os próprios dirigentes e serviços da EDP têm reuniões regulares. Quem naturalmente introduz os relógios astronómicos nos quinhentos e trinta postos de transformação é a EDP porque nós não temos acesso aos postos, mas temos uma articulação para encontrarmos a melhor maneira de diminuir a factura energética que tem muito a ver com dinheiro, mas também tem a ver com questões ambientais. Nesta altura obviamente aquilo que preocupa todos os Autarcas é o problema da factura financeira que é brutal e o dinheiro está ai, é escasso e com o aumento do IVA de seis para vinte e três por centos vai ser tremendo, eu não sei, não há apagão em Almada, em Almada neste momento as luzes estão acesas à volta de onze horas consecutivas. Estamos atentos para perceber ao fim da manhã e ao principio da noite como é que as coisas estão a funcionar, que ajustamentos é necessário eventualmente fazer, mas não há apagão. Apagão teremos nós no dia em que avançarmos para desligar nas estradas, nas zonas rurais, etc., nós a nossa opção não foi para ai, sendo certo que há Municípios, cada um tem a sua realidade, mas há Municípios que já avançaram para apagar nas zonas rurais a luz, há muitos, quem lê os jornais percebe que esta é uma matéria que está ai na ordem do dia e que não tem cores partidárias, é um problema sério com o qual nós nos estamos a confrontar. As medidas da Troika estão ai e nós temos que fazer o máximo pela nossa população, não deixar que as questões essenciais à população, claro que a iluminação também é, mas as questões essenciais à população caíam e portanto gerir isto exige de facto muita responsabilidade, um grande acompanhamento e uma grande atenção. Já disse que também estamos em articulação com as Forças de Segurança, não há nenhum problema registado e portanto tudo isto está a ser muitíssimo acompanhado e não está acabado. A história de desligar uma, ligar outra, é assim, isso é um problema também sério, porque as ruas nas horas mais complexas, a partir da meia noite por aí fora, mal iluminadas são isso sim um perigo muito sério relativamente à segurança das pessoas. Esta nossa primeira opção de ao principio da noite e ao principio da manhã ter alguma redução, ter aqui esta medida, ir monitorizando, avaliando porque isso não tem uma hora para acender nem para apagar, é isso, os relógios astronómicos funcionam em função do Sol. E portanto, é isso que estamos a fazer. Já há Municípios a pedirem-nos informação sobre a nossa experiência porque para nós chegarmos aqui foi preciso cerca de seis meses. Portanto, quando as pessoas começaram a verificar uma situação aqui e a confrontarem-nos com está aqui, está acolá, não está, é porque a EDP teve naturalmente que percorrer os 530 Pt's e foi um tempo significativo. Nós podemos dizer que no mês de Setembro ficou tudo. Ainda hoje tive mais uma reunião, no mês de Setembro ficou tudo instalado. Portanto, nós só vamos ter resultados e vejam o sufoco, nós só vamos ter resultados do ponto de vista da factura energética a este nível, com estas medidas no final deste ano e no próximo ano. Portanto vamos acompanhar. Há muitas outras medidas tomadas, e se alguém tiver vontade e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

interesse em conhecer as experiências que a Câmara também está a fazer com a EDP e com outros Municípios europeus, temos todo o gosto em dar a conhecer porque vale a pena de facto conhecer o que se está a fazer. Portanto apagão não há. Onze horas de iluminação pública diariamente, é o que acontece com estas duas situações ao princípio da noite e ao princípio da manhã, sendo assim na ordem da hora e meia e está gerida como disse.

Depois o Plano de Urbanização de Almada Poente o chamado PUAP, isto está a andar não, ninguém esconde nada a ninguém. O que aconteceu é que houve um estudo de enquadramento estratégico, foi objecto de muitas reuniões no próprio Plano Integrado de Almada, na Escola 2,3 do Monte e na própria Escola de Alfazina, houve reuniões públicas, reuniões com uma Comissão de Acompanhamento para chegarmos ao Estudo de Enquadramento Estratégico. Do estudo partiu-se para os termos de referência que foram aprovados na Câmara. Houve articulação com o IRHU, o Instituto de Reabilitação Urbana que é o proprietário daquele terreno. Já há um novo Protocolo em que as partes assumem quem paga o quê, quem faz o quê, está a andar. Foi para Diário da República a publicação do anúncio da discussão pública, a discussão pública é dos termos de referência, a elaboração do Plano vai ter muitos momentos de fóruns de participação locais para discutir com as populações, é assim que nós trabalhamos no nosso Concelho e também obviamente aqui não podia ser de outra maneira. Portanto muito obrigada.

Não consigo responder à nossa Muniçipe e Autarca Rosário Quintas sobre as questões aqui trazidas na reunião da semana passada, mas terei todo o gosto em lhe dizer, porque nós não temos critérios diferenciados de Freguesia para Freguesia, o que é diferente é o território e os critérios aplicam-se em função do território relativamente ao Regulamento de descentralização. As Freguesias fazem a recolha dos monos e têm o apoio complementar da Câmara sempre que é preciso, seja qual for a Freguesia, complementar para ajudar quando há demasiado volume de monos acumulados e etc., portanto também deixava esta nota.

O IC 32, dizer que nós estamos à espera que o Sr. Ministro da Economia nos receba exactamente aos Presidentes de Almada, Seixal e Barreiro para falarmos sobre o IC 32 e mais outras coisas. Preocupamos muito esta ferida dramática que está aqui e esta obra e quando se fala de pouco dinheiro, houve muito dinheiro esbajado porque não são precisas duas vias, três faixas para cada lado, além de ser uma irregularidade face à Declaração de Impacto Ambiental é dinheiro mal gasto. Mas é um processo que não está acabado e naturalmente nós vamos fazendo o nosso melhor, levando a todos quantos têm responsabilidades nessa matéria Governo, Assembleia da República. As Estradas de Portugal foram multadas, mas depois disseram às Estradas de Portugal a quem foi dada competência viária, portanto o prevaricador foi convidado a fazer as medidas de minimização, é qualquer coisa de espantoso, mas isso está na Assembleia Municipal e naturalmente está acessível a todos."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (por consenso dos Eleitos).

6.1 - Usou da palavra o Deputado Municipal Miguel Duarte para defesa da consideração e honra.

6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em defesa da honra, porque na Sessão da passada sexta-feira o Sr. Deputado Municipal Luís Filipe do Bloco de Esquerda lê nesta Assembleia um documento no qual engloba um texto meu relacionado com a Comissão Eventual da Assembleia Municipal denominada "Eng.º dos SMAS". Não tendo no momento os dados que me permitissem responder ao Sr. Deputado Municipal optei pelo silêncio, mas considero que é devido um esclarecimento. Começo por referir que não dominando a navegação nas chamadas redes sociais, pedi a alguém que no fim-de-semana me ajudasse nessa tarefa. Verifiquei então que há uma Senhora que não conheço, que decidiu fazer um agradecimento a dois Deputados Municipais, a mim e ao Sr. Deputado Municipal Fernando Pena. Há um camarada meu que tenho lido o comentário me dirige o mesmo e trocamos informação escrita sobre o assunto. Tratando-se de um comentário privado ele não deveria ter chegado ao conhecimento público mas chegou o que foi desagradável desse ponto de vista. Mas importa aqui dizer que no meu comentário que mantenho na íntegra não foi violado nenhum princípio do sigilo a que todos os membros da Comissão estão obrigados. Nesse sentido quero transmitir à Assembleia que eu em particular e o PS em geral, nada têm a ver com o facto de no dia seguinte como aqui foi referido já se saber o que lá se tinha passado. Se assim foi quero também dizer ao Sr. Deputado Municipal, Sérgio Taipas que o PS repudia as suas afirmações da falta de ética, julgo que se estava a referir a todos os Deputados Municipais que compõem a Comissão, incluindo o Sr., porque se estava a dirigir-se a mim pessoalmente, quero dizer-lhe aqui e hoje para que conste que eu não aceito lições de ética de ninguém, e se por ventura as aceitasse de alguém seria do Sr. Deputado Municipal a última pessoa.

Quanto ao Sr. Deputado Municipal Luís Filipe, deixe-me lhe dar um conselho de amigo, daquele amigo que o Sr. pejorativamente falava na sua intervenção, é que o Sr. Deputado Municipal deverá isso sim preocupar-se com os comentários que fazem a seu respeito lá nisto do facebook, porque eu digo-lhe se fizessem a meu respeito aqueles comentários eu já não era membro desta Assembleia, ou então mudava como agora ai toda a gente diz de paradigma, porque não gostaria que a minha mulher, as minhas filhas, os meus genros, os meus netos, os meus irmãos, os meus sobrinhos, os meus cunhados e toda a restante família lessem comentários sobre mim, muito pouco para não dizer nada abonatórios politicamente falando, claro. E repito, é sobre esses com os quais o Sr. se deve preocupar. E não fui eu que lá os coloquei, porque repito, ontem é que me proporcionaram a sua descoberta, e deixe-me dizer-lhe que é muito bom aprender todos os dias, quando há um dia que não se aprende nada, é um dia triste.

Para terminar dizer ao Sr. Deputado Municipal, dizer se o Sr. Deputado Municipal nasceu à sessenta anos, na Cova da Piedade e puxou os seus galões de general por esse facto, eu sem galões nem divisas, digo-lhe humildemente que nasci há sessenta e três numa aldeia do Alentejo onde não havia nem água canalizada, nem energia eléctrica. Onde o médico ficava a vinte quilómetros e o caminho para ir ao médico tinha que ser percorrido por um carro de mulas que durava três horas para a ida e outras tantas para o regresso. O cemitério esse ficava a nove quilómetros, os mortos eram transportados pelo tal carro de mulas, e as pessoas acompanhavam a pé e regressavam a casa com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dezoito quilómetros percorridos. Na minha terra só havia escola até à quarta classe, os ricos punham os filhos a estudar em Lisboa, os pobres que era o meu caso tinham de ir trabalhar, por isso aos onze anos já trabalhava para ajudar os meus pais, éramos seis irmãos. Os meus pais compraram-me uma bicicleta por seiscentos escudos a prestações para poder ir para o trabalho e todos os dias tinha que percorrer doze quilómetros, seis para cada lado, ganhava oito escudos por dia, hoje quatro cêntimos. E trabalhava sete dias por semana. Os oito escudos do dia de domingo era o que a minha mãe me dava. Só tive a possibilidade de estudar mais e de noite quando vim para a tropa. Ultrapassei todas essas adversidades sempre acreditando e consegui, tenho um percurso familiar, profissional, político e social de que muito me orgulho. Sempre consegui aquilo que quis. Trabalho há cinquenta e dois anos, nos quais tive apenas quinze dias de baixa em 1976, ano em que foi o último medicamento que tomei. Portanto, quero dizer aos Srs. Deputados Municipais Luís Filipe e Sérgio Taipas, que tudo aquilo que eu fiz só se consegue com muito trabalho. E muito trabalho honesto. Mas haveria a dizer, eu aceito sugestões todos os dias, opiniões todas as horas, conselhos todos os minutos, mas não aceito lições de ética de ninguém, e muito menos de quem sobranceira e habilmente pretende dar lições numa atitude severista como César falava aos seus súbditos. Cito uma máxima de um Filósofo: "Senhor, antes de enviardes o povo à Escola, ide lá vós próprios".

6.2 - Para explicações usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira e Sérgio Taipas.

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente eu não necessito de três minutos para responder ao Sr. Deputado Municipal. De qualquer modo queria dizer o seguinte, como na reunião de representantes no âmbito desta Assembleia Municipal eu dei conta que ia fazer esta intervenção, a intervenção que fiz na sexta-feira, fico de certa forma espantado, como é que o Sr. Deputado Municipal que acabou aqui de falar não estava preparado para responder, quando na Comissão de Representantes eu fui claro e transparente naquilo que ia fazer aqui na Assembleia Municipal, e fiz.

Fiz de forma escrita e se não tivesse feito de forma escrita tinha ficado gravado. E quero dizer a esta Assembleia Municipal que não retiro nem uma única palavra daquilo que aqui disse na sexta-feira. Contudo contava com o pedido de defesa da honra na sexta-feira, tal não aconteceu, mas isso é que seria normal. Aconteceu hoje, enfim, há aqui uma intervenção feita de forma enviesada, se o Sr. fala em burros eu tinha um avô que os ferrava, eu se tenho a divisa de general por ter nascido na Cova da Piedade, não sabia que tinha uma patente tão alta fico satisfeito com isso. Enfim, o Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte irá provar daqui para a frente que não se engana a pôr comentários no facebook, porque afinal eram para ser privados, mas depois não são privados.

O Sr. Miguel Duarte vai ter aqui uma excelente oportunidade para a partir de agora aprender a tudo o que quiser pôr de forma privada, põe de forma privada, se quiser escarrapachar vai continuar a escarrapachar. Tudo aquilo que o Sr. diz que dizem, o Sr. acha que eu vou ligar a essas situações? Eu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vim aqui colocar uma questão olhos nos olhos, que eu não respondo no facebook, e responderia a todas as pessoas se elas merecessem a minha consideração. E o Sr. mesmo estando muito penalizado merece a minha consideração, e por isso é que eu vim aqui dizer olhos nos olhos aquilo que lhe disse. E como o mundo não vai acabar hoje, espero que não, cá estamos para ver. A história dirá quem é que tem razão na sua forma de estar e proceder.

É só isso que eu tenho agora para dizer. Eu também podia esperar e pedir a defesa da honra na próxima Assembleia, mas não está comigo proceder desse modo.

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para esclarecer o seguinte, eu tenho ainda aqui os apontamentos da minha intervenção e o que é essencial e foi esse o sentido da intervenção da CDU, foi considerar gravíssimo que seja pública um conjunto de afirmações que deturpam grosseiramente o que se passou numa Comissão, vem a público informações sem qualquer dúvida a fonte delas, vem de dentro da própria Comissão e obviamente não foi a CDU que as transmitiu. O que é facto é que o que vem a público contem insultos, linguagem grosseira e inadmissível, contem mentiras sobre conteúdos do que se passou na Comissão, que deveria ter condições para fazer o seu trabalho e o único trabalho da Comissão é classificar a verdade relativamente aos factos para os quais foi constituída. Portanto, o próprio facebook diz que recolheu informação dentro da própria Comissão, depois inadvertidamente querendo fazê-lo ou não, o Sr. Deputado Miguel Duarte aparece mais à frente a assumir tudo o que é dito no texto do facebook inicial e a reafirmar o que lá está. Quando terminei a minha intervenção sem referir sequer individualmente a ninguém, porque verdade seja dita, não podemos afirmar com todo o rigor quem terá informado, por muito óbvio que pudesse parecer ser, mas uma coisa são as aparências e outra coisa são os factos, e o que eu disse aqui é que há Deputados nesta Assembleia que estão interessados em esclarecer a verdade, e que há Deputados nesta Assembleia que estão a contribuir para uma chafurda pública, e foi isso que eu conclui que é baixa política e até falta de ética e assim reafirmo. E quanto a lições de ética o que eu penso, é que sobre a ética em vez de sobranceiramente dizermos que não aceitamos lições de ética de ninguém, eu aceito-as, de todos, e reconheço que quando erro, agradeço as lições de ética ou outras que me dão. E em democracia devemos respeitarmo-nos mutuamente, o que passa por termos um comportamento ético e por sabermos dialogar ao nível da ética e não fazer baixa política, reafirmo é o que está presente neste caso."

7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal considerando-se também o Relatório sobre a situação económica e financeira do Município do Revisor Oficial de Contas oportunamente distribuído a todos os eleitos, **(Conforme Anexos XXVI e XXVII)**.

7.1.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Actividade Municipal.



7.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Temos a Informação da Actividade Municipal quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados de água e Saneamento, que se reporta aos meses de Maio, Junho e Julho e como habitualmente colocamos à disposição dos Srs. e Sr.^{as}. Deputadas Municipais para as questões que nos quiserem colocar. Os documentos foram distribuídos, tem a informação sobre este período de trabalho, portanto estamos à vossa disposição."

7.1.2 - No Debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Pereira, Miguel Salvado, Sérgio Bastos, Fernando Pena, Miguel Duarte, António Salgueiro.

7.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Acerca da Informação da Actividade Municipal referente aos meses de Maio, Junho e Julho, queremos referir o seguinte:

Logo na segunda página do documento temos a informação que foi assegurada a elaboração de sete propostas de "remate urbano". Achamos que podia ser dada mais alguma informação sobre o assunto, nomeadamente o local.

Na página três no ponto - Campanha "Habitar é Conservar", é dito que foi assegurada a realização de vistorias técnicas a imóveis considerados em mau estado e em muito mau estado de conservação tendo em vista a realização de obras de conservação por parte dos proprietários.

O que gostaríamos de saber é quais foram os resultados atingidos? Nós já temos visto Editais colocados em prédios abandonados com estipulado de vinte dias para que aconteça alguma coisa, passam os vinte dias e não acontece nada e nós gostaríamos de saber a que resultados chegaram com estas vistorias técnicas.

Na página nove Acompanhamento da Gestão de Projectos co-financiados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional;

Entre outros queremos destacar a Apresentação de candidatura o Projecto "EcoEnLight": Sistema de iluminação pública e sinalização semaforica eco-eficientes em Almada. Num momento em que a população do nosso Concelho reclama uma melhor iluminação pública, esperamos que este projecto venha a resolver ou melhorar consideravelmente esta situação.

Sobre o Ecocentro, (página 16) é importante constatar que um número considerável de utentes utiliza o Ecocentro.

A este propósito gostaríamos de destacar o seguinte: O Ecocentro não aceita espelhos, não aceita parquet (vulgarmente conhecido como chão flutuante) nem electrodomésticos ex: aquecedores a óleo.

Parece-nos ser importante que se encontre soluções para permitir que este tipo de materiais também seja depositado no Ecocentro. É importante que isso venha a acontecer e fazemos também aqui um apelo a que seja divulgado, que tipo de materiais não se podem entregar no Ecocentro. Porque acontece que as pessoas se dirigem ao Ecocentro na melhor das intenções e depois têm que vir para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trás não podendo ali depositar e infelizmente o que acontece é que depois no primeiro contentor as coisas são aí deixadas de qualquer maneira.

Ainda na página 16 regista-se a realização de duzentas e quarenta e três intervenções de desinfestação na via pública e sessenta e três intervenções de desinfestação em edifícios. Não conseguimos por falta nossa comparar estes números com igual período de 2010, porque o facto é que este ano assistimos em vários locais, em várias Freguesias, a um aumento das colónias de baratas e ratos. Temos recebido inúmeras queixas, que dão conta de situações graves nomeadamente ao redor de Ecopontos, por isso queremos deixar um apelo para que as desinfestações sejam reforçadas.

Como é do conhecimento geral os Ecopontos, não servem apenas para colocação de papel, cartão, vidro e embalagens. Começa a ser prática corrente depositar ao redor do Ecoponto tudo e o tudo por vezes também é lixo orgânico. Torna-se necessário desenvolver uma campanha de sensibilização para uma boa utilização dos Ecopontos.

A mim ocorre-me: pela tua saúde trata bem os Ecopontos!

Não encontramos dados sobre recolhas de óleos domésticos. Também aqui deixávamos uma pergunta e um pedido de algum esclarecimento acerca dessa situação.

Na página vinte e dois é referida a rotunda no entroncamento da Rainha D. Leonor com a Manuel e a D. Sancho I, parece-nos uma rotunda bastante útil e muito bem vinda.

Para terminar, (duas questões) a primeira voltar a colocar a situação da Margueira, em Junho do ano passado dei conta da situação naquele local, hoje coloco uma situação muito concreta que tem a ver com a rampa de entrada e saída das embarcações. No topo da rampa, devido às marés vivas e temporais durante o Inverno abriu uma cratera no início da rampa que inviabiliza a aproximação de viaturas simples para retirar as embarcações, só alguns jipes com tracção às quatro rodas o conseguem fazer e mesmo assim com dificuldade. O que os utentes daquele espaço reclamam é que os serviços competentes da Câmara Municipal de Almada procedam ao nivelamento do início da rampa com materiais adequados, porque os utilizadores do espaço já se quotizaram e puseram cimento mas demonstrou-se inútil porque desaparece rapidamente.

A segunda e última, a passadeira de peões na Rua Cabo da Boa Esperança, em frente ao Café Alciana e antiga Papelaria Palma, é lamentável continuar a assistir aquela situação e continuar a ouvir pessoas que merecem todo o nosso respeito e que mereciam uma passagem de peões nas devidas condições dizer "ninguém quer saber", já aqui dei conta de quedas com gravidade naquela passagem de peões. Deixo o apelo mais uma vez a bem da população mais idosa, que a passagem seja reparada até ao final deste ano."

7.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Rapidamente como sempre, trazemos aqui algumas questões sobre a Actividade Municipal deste período.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Uma questão que foi levantada na última Assembleia de Freguesia de Cacilhas e que achamos que é importante, o Cais do Ginjal. Houve o cuidado por parte do privado, do proprietário de pôr umas placas a identificar as zonas com maior perigo de derrocada daquelas paredes. Há lá sítios complicados, voltou a haver alguma invasão daquele espaço por parte de pessoas estranhas àquele local. Há dias foi proposto ao Sr. Vereador Rui Jorge, numa apresentação de um livro, que todo aquele espaço que vai desde o Restaurante o Farol, pelo Cais do Ginjal fora, pudesse ser posto trânsito proibido para viaturas não autorizadas. Isto é, tirando a Transtejo o acesso ao outro restaurante e aquela oficina de construção de reparação naval, não há necessidade de outro tipo de carros ir para ali. E todos nós sabemos que aquele espaço é utilizado permanentemente para estacionamento de viaturas e é perigoso. Os Cais estão em muito mau estado, aquilo não tem segurança, as pessoas deixam os carros ali e vão apanhar o barco. Acho que era uma boa medida e aproveitar a ECALMA também depois para fiscalizar a situação, porque um dia destes pode haver ali uma desgraça e todos nós queremos evitar isso. Além dos problemas de iluminação que continuam a acontecer e em relação à paredes há alguns que realmente é preocupante, pode acontecer ali uma desgraça e todos nós sabemos disso e não queremos que isso aconteça. Por isso fica aqui o alerta, se puderem tomar alguma iniciativa acho que era importante pelo menos retirar no imediato aqueles carros que lá estacionam e que não havia necessidade.

Lugares de deficientes. Já por duas ou três vezes deparamo-nos em Almada que com a definição das zonas para deficientes por parte da ECALMA, surgiu-nos uma dúvida que é, aqueles lugares para deficientes são para pessoas com deficiências obviamente, mas que possam parar aleatoriamente, ou é para pessoas que têm deficiências que são autorizadas a parar ali, que muitas vezes os lugares são colocados em frente às suas casas e bem. É porque como os lugares não estão identificados com matriculas ou autorizações, acontece constantemente outras pessoas lá pararem, inclusive pessoas que acham que estão de baixa médica e como tal têm direito a parar lá. Eu já vi duas vezes a situações da ECALMA estarem a rebocar e bem, porque as pessoas não têm autorização para lá pararem, mas depois há esta situação que não se percebe bem, eu próprio fiquei na dúvida. Porque se são para pessoas que têm deficiência e que moram ali, muito bem. Mas coloque-se a matricula, identifique-se o local até para as outras pessoas saberem porque é que não podem parar.

Na zona da Universidade FCT junto à Estação da Universidade que é assim que se chama do MST, ali uma zona do espaço canal mas dos carros, que continua com o piso irregular. Provavelmente a responsabilidade daquele pedaço de obra que não ficou bem asfaltado desde a Rotunda da parte de uma da zona de Costas de Cão até cá a baixo à nova Rotunda, todo aquele piso está muito irregular e torna-se perigoso a circulação, não sabemos se a responsabilidade é de quem fez a obra ou se é da Câmara já, mas é o único local que ficou mal feito e mal pavimentado e assim está há imensos meses. Houve há pouco um Múncipe que falou aqui sobre os animais abandonados, que é um flagelo todos nós lamentamos e é daquelas coisas que realmente custa, mas eu pegava aqui num exemplo bom que até é da Câmara do Seixal, que tem um dia próprio, aliás todos os dias, mas naquele período para as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

peças irem ao canil ou ao gatil para adoptar animais. E tem inclusive pelo próprio Concelho do Seixal uma série de outdoors a anunciar isso mesmo às pessoas e a transmitir essa mensagem às pessoas. Acho que é uma acção muito positiva que podia ser adoptada no Concelho de Almada, e já que se faz publicidade a tanta coisa era importante, a Câmara tem um excelente outdoor no Centro Sul onde publicita diversas acções, acho que era importante também alertar os Municípes para essa possibilidade porque de certeza que alguns se sentiam também sensibilizados e adoptariam.

Para terminar, três situações rápidas. Toda a zona pedonal no Centro de Almada continua como todos nós sabemos, também por alguma teimosia da Câmara continuamos a ter uma zona pedonal muito frequentada por carros, com estacionamento selvagem, e continuo a perguntar onde é que está a ECALMA? A ECALMA existe, se calhar não era mau começar a pensar a por a ECALMA a trabalhar ao sábado e ao domingo, já que se gasta tanto dinheiro com a ECALMA, algum dele mal gasto punha-se a ECALMA realmente a trabalhar quando é necessário. Quando as pessoas estacionam na Rua Luís Queiroz por todo o lado, quando estacionam na MFA por todo o lado, se aquilo é uma zona pedonal é uma zona pedonal, não é, não é. Agora a verdade é que cada vez há mais transito naquela Av.^a, estamos a voltar aos bons velhos tempos da Av.^a antes do metro, porque neste momento já ninguém respeita aquilo. Toda a gente lá passa, até camiões eu já vi lá passar, portanto já ninguém respeita aquilo.

E para terminar, Estrada Regional 377-1. A Sr.^a Presidente no último dia disse que na altura esta estrada era nacional, agora é regional, tinha sido aceite por parte da Câmara porque servia melhor os interesses dos charnequenses, essa estrada nacional ser da autarquia. E eu pensei, porque eu já trouxe e nós no PSD já trouxemos tantas vezes este assunto aqui, eu perguntei a mim próprio, a estrada se calhar se tivesse ficado entregue às Estradas de Portugal, pior não estaria do que está, por isso se calhar neste momento arranjada estaria, há anos que andamos a falar nisto, o estado de degradação do piso é por mais evidente e infelizmente como a estrada é municipal se não for a Câmara a fazer não há obra. E como andamos a prometer isso há tantos anos, vamos esperar quase que rezar para que agora depois do IC 32 estar pronto finalmente toda aquela infra-estrutura possa ser arranjada."

7.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Presidente, por ter vontade como foi referido de saber o que é que é feito em termos de implementação das medidas de eficiência energética e sendo o Relatório da Actividade Municipal um dos melhores meios de divulgação dessa informação, eu sugiro que este Relatório passe a ser mais quantitativo e menos qualitativo.

Folheando o Relatório vê-se na página seis que o Departamento de Estratégia e Desenvolvimento Económico no âmbito da gestão técnico-administrativa do Programa Polis XXI está a acompanhar o projecto EcoEnLight Sistema de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eco-eficiente em Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na página nove, é feito o acompanhamento do projecto co-financiado pelo QREN do Projecto EcoEnLight. É feito também uma referência à integração de sistemas de telegestão, substituição de lâmpadas ineficientes, sistemas de regulação de fluxo luminoso, entre outras medidas.

Mais adiante na página onze é dito que o mesmo Departamento Estratégica e Gestão Ambiental na Divisão de Estudos e Gestão Ambiental faz a gestão técnica e financeira de projectos europeus como o Projecto Best Energy (Built Environment Sustainability and Technology in Energy) Tecnologia e Sustentabilidade Energética no Ambiente Construído, visando melhor eficiência energética através de sistemas de monitorização do consumo da produção de energia.

Cyber-Display e outros projectos.

Na página setenta e sete é feito uma referência à promoção da existência energética onde são descritas várias medidas, algumas delas já anteriormente tinham sido referidas. O que eu pergunto é, sendo esta questão uma questão que tem levantado aqui preocupação não só dos munícipes mas também de todos os Deputados Municipais, não deveria este Relatório da Actividade passar a integrar elementos mais concretizadores sobre estes projectos? Em que estado é que estão, para quando a sua conclusão, algum tipo de medidas que já possam ser apontadas? Esta era a minha primeira questão.

A segunda questão tem a ver com a Loja do Múncipe. Não é feita nenhuma referência neste Relatório de Actividade Municipal á Loja do Múncipe, nem ao número de pessoas que foram lá atendidas e recebidas, gostaria de saber se isso foi, pelo menos procurei no documento e não encontrei. E gostaria também de perguntar em relação aos postos de atendimento turístico existente em Cacilhas e na Costa, é feita uma referência ao número de pessoas que foram atendidas nestes postos e gostaria de saber porque é que ao contrário dos outros Relatórios não é feita uma referência a quem é que é atendido em cada um dos postos, é feita apenas uma referência generalista ao número total, gostava de saber qual a razão de aparentemente nos outros Relatórios vir quantos é que são em Cacilhas, quantos são na Costa e agora vir um número que não distingue onde é que é feita essa contabilização dessas pessoas."

7.1.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma nota que eu não deixarei de fazer cada vez que for apresentado este Relatório, que é relativo àquilo que são as competências da Sr.^a Presidente da Câmara definidas por Lei. A Sr.^a Presidente da Câmara devia remeter à Assembleia para os efeitos da apreciação da Actividade Municipal toda a documentação designadamente Relatórios, Pareceres, Memos e documentos de igual natureza indispensável para a compreensão e análise crítica e objectiva da Informação aí referida. Não cumpre. E não cumpre sistematicamente, como aliás começa a ser timbre desta Câmara Municipal não cumprir sistematicamente aquilo que são as leis deste País. Mas fica comprometida a fiscalização e o acompanhamento que esta Assembleia deve fazer da Actividade Municipal. O Relatório que aqui temos está cheio de coisas vagas, está cheio de referências ambíguas, está cheio de coisas bizarras, não concretizadas, não explicadas e portanto este Relatório não é de todo satisfatório. E no que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Actividade Municipal diz respeito, salientar que esta Câmara continua a ser censurada pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos por colocar entraves ao acesso livre e legítimo de cidadãos a documentos administrativos. É lamentável que o órgão gestor do nosso Município continue a merecer críticas, continue a merecer pareceres negativos desta Comissão por não providenciar a informação a que os cidadãos têm direito, e nos termos em que essa informação deve ser fornecida.

Também gostaria de saber embora desconfie que não vá ter resposta, que acompanhamento é que a Câmara Municipal de Almada está a fazer à situação que se vive na Academia Almadense. Uma colectividade de aparentemente falida, com salários em atraso, que não dá contas do destino do dinheiro que recebe e esse dinheiro é público. Eu pergunto se este é o tratamento habitual da Câmara Municipal de Almada para com as entidades do Concelho que lhe pedem apoio, eu pergunto se será só coincidência a filiação partidária dos responsáveis da Academia Almadense. Mas pergunto mais, o que tenciona fazer a Câmara Municipal de Almada.

Outro aspecto diz respeito àquilo que se afirma cada vez mais ser a ECALMA, aquilo para que foi criada efectivamente. Um sorvedouro de dinheiro e um centro de emprego para alguns.

Porque de facto aquilo que se vive no Centro de Almada é uma caricatura. Seria de rir se não fosse tão triste, porque, mas se calhar conseguiremos descobrir alguns destes prémios que a Câmara gosta de evocar para esta inovação urbanística única no mundo, numa zona pedonal atravessada por todo o tipo de tráfego de automóvel, todo o tipo. E aliás que agora virou também parque de estacionamento. É uma zona pedonal criativa que merecerá com certeza um prémio de inovação. Isto tudo porque há uma insistência da Câmara Municipal na asneira. A asneira foi fechar o eixo central da Cidade ao trânsito automóvel, mas para permanecer nesta teimosia inflexível a Câmara opta, prefere ter a caricatura que hoje vemos e que é um descrédito para o nosso Concelho. Aliás esta gestão de trânsito continua a ser desmiolada. Há semáforos absolutamente sem critério, há sinalização não homologada, há muita sinalização horizontal e vertical em mau estado e há uns cortes de trânsito que têm consequências caóticas e que de certeza não mereceram dez segundos de reflexão. Mas um aspecto prende-se com um assunto que é trazido aqui de forma recorrente a limpeza, um verdadeiro desastre na gestão municipal, e que é acompanhado o óbvio, que é a intensificação do vandalismo, porque se quem gere é negligente, se quem gere é incompetente, os Munícipes são com isto convidados a também eles serem desleixados. Como se não bastasse o que já hoje foi aqui referido, o controlo de pragas, de ratos, de baratas, de pombos, se existe é absolutamente ineficaz.

Uma última palavra para o assunto que tem dominado esta Assembleia, a iluminação. E já percebi, os Munícipes são ignorantes e ingratos, é o relógio astronómico pá! Não entendemos, mas é alta tecnologia. E pelos vistos se calhar a culpa é do Sol, um Sol caprichoso que troca as voltas em Almada, porque afinal pelos vistos o sistema de iluminação só está baralhado no nosso Concelho."

7.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr.^a Presidente da Câmara, venho colocar-lhe algumas questões relacionadas com a Freguesia da Charneca em particular e com o Concelho em geral.

Começo por abordar um aspecto institucional que tem a ver com os documentos que tratando de assuntos de interesse da Freguesia e objecto e aprovação na Assembleia de Freguesia, são remetidos na oportunidade para o Gabinete da Presidência e que este nem sequer acusa a recepção nem posteriormente dá qualquer informação sobre o andamento dado aos assuntos. Quero pois transmitir-lhe a frustração da Assembleia no seu todo manifestada na Sessão realizada no dia vinte e um do corrente mês de Setembro, por aquilo que é considerado como uma atitude menos própria que configura o gesto no mínimo de desrespeito e desconsideração sobre o trabalho e preocupações da Assembleia devidamente a questões que são apreciadas, discutidas, votadas e remetidas a quem tem o dever de lhe dar seguimento.

Deixo aqui pois em nome da Assembleia de Freguesia uma censura por este procedimento e um pedido para que no futuro esta relação se altere no interesse recíproco, o mesmo é dizer daqueles que nos diferentes órgãos representamos.

Continuando pela Charneca venho novamente tratar de uma questão aqui várias vezes abordada, que são as passadeiras. Finalmente a Câmara veio à Charneca fazer uma operação de cosmética recuperando algumas passadeiras da Estrada Nacional 377. Mas Sr.^a Presidente recorde que a Charneca não é somente a Estrada Nacional 377. Como tal não posso deixar de reconhecer que alguma coisa foi feita, mas ficou muito mais por fazer. Poderia referir aqui inúmeras situações, a noite não chegava para o fazer, digo-lhe apenas que tudo isto Sr.^a Presidente revela que as coisas são feitas em cima do joelho, sem programação, sem uma análise do que é essencial e com custos acrescidos para o Município. Ainda na Charneca venho falar do IC 32, para lhe perguntar Sr.^a Presidente da Câmara o que é que pode dizer à Assembleia sobre as portagens nesta via? O que é que sabe sobre isto? Ou seja, se há, se não há, e a partir de onde é que há portagens? Pergunto no IC 32 e no nó de Palhais volto a referir uma situação aqui trazida em Assembleias anteriores e volto com o problema porque agora ele é ainda mais pertinente porque com o remate do viaduto passa-se de uma via de doze metros para um autentico funil com seis metros. Estou a referir-me Sr.^a Presidente da Câmara ao espaço entre o desvio para a Quinta Nova e a Escola de Vale Rosal. Apesar das referências negativas feitas por mim, tudo continua na mesma e solicito à Sr.^a Presidente que de uma forma precisa, concisa e correctamente informativa diga se a Câmara vai ou não resolver aquele problema gravíssimo que um dia dará origem a uma tragédia familiar que é o atropelamento de um ou mais jovens que diariamente por ali passam e que passam perante um perigo permanente. Este Sr.^a Presidente é mais um exemplo das orelhas moucas que a Câmara faz sobre as questões colocadas na Assembleia o que é no mínimo lamentável, passando ao lado deles, fazendo de conta que sim.

A limpeza Sr.^a Presidente é outro aspecto que não posso deixar de abordar e embora reconhecendo que se procurou fazer mais e melhor, considero que ficou aquém do que é necessário e que a nossa população merece. A Sr.^a Presidente sabe que de acordo com os censos, a Charneca tem perto de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trinta mil habitantes. O tratamento não pode continuar a ser o mesmo que era há dez anos atrás. É preciso Sr.^a Presidente da Câmara despertar para esta realidade e não fazer de conta, mas fazer que sim. Os meios têm que ser outros, meios humanos e materiais, todos têm o direito de ver a sua Rua limpa, porque todos pagam para isso directamente na factura da água e indirectamente através dos impostos. Ora, o serviço prestado pela autarquia tem que ser igual e não é igual, há um fosso muito grande entre as preocupações com a Cidade, legítimas, e os interesses com o resto do Concelho. Há ruas na Charneca de Caparica que nunca viram uma vassoura e muito menos um varredor. Vamos à Aroeira e vimos que a caruma dos pinheiros invade as ruas e se não fosse os moradores ficaria lá eternamente. Ora isso Sr.^a Presidente, não é correcto. Mas este problema da limpeza não exclusivo da Charneca de Caparica. É necessário acabar de uma vez por todas com a confusão. com a indefinição e com o incómodo que é causado a alguém que liga para a Câmara a pedir para ser removido determinado lixo, entulho por exemplo, e logo se diz que isso é com a Junta e depois liga-se à Junta e logo se diz idem, que não há capacidade e que vai pedir à Câmara para vir recolher. E tudo isto se sucede com esta ou com qualquer outra Junta, porque a forma como está concebido todo este plano de descentralização está viciado à partida, não respeita a proporcionalidade e Sr.^a Presidente não se pode tratar de maneira igual aquilo que é diferente. A Junta da Charneca recolhe mais de metade do que todas as restantes Juntas. Não pode ter os mesmos meios Sr.^a Presidente da Câmara, perceba isso de uma vez por todas. Portanto, Sr.^a Presidente, digo-lhe mais uma vez que é a altura de repensar todo este processo de descentralização e fazer uma descentralização efectiva e não um simulacro de descentralização. Beneficiamos todos, gastamos menos e prestamos um melhor serviço.

Mudando de assunto, venho falar das árvores, e recorro à Sr.^a Presidente por várias vezes tenho levantado esta questão cuja gestão eficiente é fundamental para um bom equilíbrio ambiental. Infelizmente continuam a haver inúmeras ruas na Charneca em particular e no Concelho em geral, onde há caldeiras sem árvores e onde há árvores secas. Porque é que não se faz um levantamento exaustivo e se resolve o problema de ver o que andam os técnicos da Câmara a fazer? Espaços verdes elegi apenas porque não tenho espaço para mais, três sendo um deles a Quinta do Texugo, a Quinta de Santa Teresa e o espaço em frente à Escola Básica 1, 2, 3 da Charneca de Caparica. Quanto ao primeiro que foi concebido para proporcionar um espaço agradável de lazer para quem ali reside, está transformado num matagal impróprio de uma zona residencial. Quanto ao segundo está igual ou pior que o anterior e eu aqui tenho dúvidas se a responsabilidade é da Câmara ou do construtor, seja de quem for é muito lamentável que esteja no estado em que está, convido-a a visitar ambos e não tenho dúvidas que depois de verificar me dar+a inteira razão. Sobre o terceiro um comentário de revolta por terem deixado secar um espaço agradável frente a uma escola, não tem qualificação a não ser desleixo e incompetência. É imperdoável.

Mercados Municipais, para lhe perguntar Sr.^a Presidente, o que é que a Câmara quer fazer aos mercados, como se sabe a maioria dos mercados está num estado degradante, pelo abandono da Câmara. Um exemplo entre outros deste abandono é o Mercado do Monte de Caparica, onde chove,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

onde há ratos, teias de aranha, onde todo o ambiente desaconselha de ir àquele local para ir às compras. Eu Sr.^a Presidente, permita-me esta nota pessoal, sou um residente e continuo a lá ir todos os sábados. Mas reconheço que assisto lentamente à sua morte até um dia não haver um cliente nem um vendedor.

Rede Viária. Sr.^a Presidente este é um assunto onde a Câmara tem tido um tratamento de marginalização sem uma política coerente na manutenção da rede viária concelhia. Apenas três casos que são três bons exemplos. Primeiro caso a Rua Alfredo Cunha no Monte de Caparica, sempre conheci esta Rua como está, o alcatrão tem trinta anos e os buracos são os mesmos. Segundo caso é a Estrada da Cerieira na Freguesia da Sobreda no troço compreendido entre a agora Rotunda do Lazarim e a Escola Daniel Sampaio, de remendo em remendo é outro bom exemplo que este Concelho é pais para uns e padrasto para outros. Um terceiro caso é na Freguesia da Charneca na estrada da Bela Vista que começa junto ao Clube Recreativo Charnequense e termina no Marco Geodésico em Vale Fetal. É também outro bom exemplo de que esta Câmara é mãe para uns e madrasta para outros. Entretanto Sr.^a Presidente lembremos mais um caso, é também uma referência às diferentes promessas feitas mas que não passam disso mesmo, promessas. Refiro-me à Estrada Nacional 377, ou melhor à reabilitação da Estrada Nacional 377. Aguardamos pois o que tem para nos dizer muito concretamente sobre isto.

Finalmente Sr.^a Presidente venho falar de um tema que é muito caro "Almada Capital do Associativismo", ouvimos este slogan várias vezes e em muitos locais, espelhando a capacidade associativista de Almada, nas suas gentes, reforçada por outras gentes que escolheram esta como sua terra. Mas hoje Sr.^a Presidente, venho falar-lhe de Almada Capital do Associativismo à beira da tragédia. Ao levar esta questão quero sensibilizar a Câmara e todos quantos aqui estão para este grave problema que é a muito curto prazo o desmoronamento de todo o edifício que foi construído durante várias gerações, com muito esforço, com muitas dificuldades e com muita ambição. Chegou-se a um estado crítico, muito crítico no Movimento Associativo, e a crise não é a única desculpa para a situação. O problema é que não há equidade no apoio aos diferentes intervenientes no mundo social, há quem leve a parte de leão e quem não atinja sequer a parte de cordeiro. Esta Sr.^a Presidente é que é a chave do problema. A Câmara em nossa opinião desistiu de ser um parceiro deste grande projecto e tomou outras opções, deixou de acreditar nos valores pelos quais tanto lutou e hoje assistimos a uma enorme frustração no mundo associativo almadense. Um outro aspecto que tem peso significativo dentro de todo este processo de estacionamento é o facto da Câmara ser neste momento o principal agente concorrencial dos Clubes e é um concorrente desleal porque vende a preços inferiores ao preço de custo porque não tem preocupações com receita para pagar a despesa. Porque esta a despesa é paga pela mesma conta bancária, o mesmo é dizer de todos aqueles que frequentam e aqueles que não frequentam, quer se venda muito, quer se venda pouco, independentemente do preço há sempre dinheiro ao fim do mês para pagar os ordenados, nos Clubes não é assim, é muito, muito diferente. A Câmara não é uma entidade para explorar piscinas, salas de musculação, aulas de ginástica, porque



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

essa é uma função dos Clubes, será que ainda não perceberam isto? O que eu para concluir lhe digo Sr.^a Presidente, é que veria com muito pesar que a Sr.^a em final de Mandato fosse a coveira do Movimento Associativo do Concelho de Almada, mas é isso que vai acontecer.

Para terminar abordar aqui a questão da iluminação pública, para lhe dizer que na sexta-feira falou aqui de longitude, de latitude, de magnitude e de relógios, mas não falou do importante, de atitude. Porque se trata de atitude Sr.^a Presidente, a atitude que a Câmara tomou ao criar um verdadeiro apagão no Concelho, sem medir as consequências dessa atitude. Inqualificável porque põe em causa a segurança de todos, atitude que é aqui duramente criticada pelo PS, porque na Charneca em particular e no Concelho em geral criou e está a criar enormes problemas aos moradores e muito especialmente aos jovens que têm que se dirigir para a Estrada Nacional 377 para apanhar os transportes públicos. Mas sobre isto tenho quatro perguntas para lhe fazer, para terminar. Primeira pergunta: quanto é o incremento do custo da energia eléctrica decorrente do aumento do IVA de seis para dezassete por cento? Quanto é que é o valor que a Câmara paga à EDP depois da dedução da taxa pela ocupação da via pública dos candeeiros? A que horas é que a Sr.^a Presidente da Câmara pensa desligar as luzes em Janeiro quando for feito o segundo aumento da energia? Como na sua informação que deu na sexta-feira na qual ninguém acreditou, a Sr.^a Presidente tentou ser uma expert em energia, pergunto se pode explicar à Assembleia a solução encontrada no município de Arraiolos, em que as ruas estão mais iluminadas e há uma poupança de trinta por cento de energia conseguida.

Pedir-lhe enfim, se faz o favor, que envie para a Assembleia o Relatório 2010 da Agência de Energia para que os Deputados Municipais possam apreciar o trabalho da mesma."

7.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas questões, e começava pelo Jardim Urbano da Costa da Caparica inaugurado já há três anos, encontra-se já num estado de degradação bastante avançado. Naturalmente que vinha colocar aqui a questão à Câmara o que é que pensa fazer relativamente a este assunto, nomeadamente à questão da manutenção, já está cheio de mato, o acacial está a crescer e está a começar também a querer entrar no Jardim Urbano, para quando é que entram em funcionamento os campos de jogos?

Se tinha alguma informação sobre o paredão em S. Jorge? está novamente partido, E de facto acho que requer uma urgente intervenção.

A varredura na Costa da Caparica nomeadamente na zona de Santo António e inclusivamente no Centro da Cidade, nomeadamente a Rua dos Pescadores e na Praça da Liberdade, está a pecar por deficiências, inclusivamente a envolvente do Mercado peca também por falta de lavagem.

Depois voltava ao tema da Academia Almadense, queria saber por favor se já tinham recebido a primeira tranche dos novecentos mil euros aprovados pela Câmara para a remodelação das instalações e para quando é que está previsto o início das obras?

Por último, se existe ou se deu entrada algum projecto para reconversão da zona do antigo Ondaparque?"



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.1.2.7 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta minha intervenção é recorrente, mas eu não posso deixar de a fazer, com todo o respeito pelos Senhores e Senhoras Deputados Municipais.

De facto o que a Lei define é a obrigatoriedade do Presidente de Câmara de trazer à Assembleia Municipal a informação da Actividade Municipal desenvolvida num dado período que antecede a realização desta Assembleia. E eu considero que este documento relativamente a este período tem aqui de facto informação substantiva porque reflecte todo o trabalho que foi desenvolvido pelos diferentes sectores da Câmara nas diferentes áreas. Todo, da limpeza, dos espaços verdes, do planeamento, da educação, da cultura, aqui está. Obviamente que tem que ser uma síntese, porque mesmo o Relatório de Actividades reportado a um ano, também não é nenhuma enciclopédia. É bastante mais volumoso do que este, mas também obviamente que tem que estar relativamente bem elaborado para permitir a sua leitura porque de outro modo torna-se com certeza impossível de ser lido. Esta informação à Assembleia relativamente a este período, também tem aquilo que relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos tem em curso, portanto eu nunca ouço os Srs. Deputados Municipais compararem e fazerem qualquer análise relativamente ao Plano de Actividades Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos e às Grandes Opções do Plano. Está aqui, este documento permite naturalmente aos Deputados Municipais fazerem a avaliação relativamente à execução desses instrumentos verdadeiramente centrais da nossa actividade no ano em curso. Nós temos o ano económico, temos Grandes Opções do Plano, temos o Plano Plurianual de Investimentos, temos o Plano de Actividade Municipal e também temos a realização da receita e da despesa. E portanto nunca verifico qualquer intervenção relativamente a esta parte do documento que me parece que é verdadeiramente substantiva no que diz respeito à informação da Actividade Municipal desenvolvida no período até agora, desde o principio do ano até agora, porque dá naturalmente para se avaliar qual é o grau de execução do compromisso do documento aprovado pela Assembleia Municipal é que está em execução por parte da Câmara. Obviamente que a parte escrita do documento é da responsabilidade dos nossos dirigentes, obviamente. O que está aqui é o trabalho desenvolvido nos diferentes sectores da Câmara e tem que ser sintético, porque se os Srs. Deputados Municipais quiserem aprofundar alguma matéria, naturalmente que haverá espaço para isso, mas não é de uma informação à Assembleia Municipal que temos condição para fazer esse aprofundamento, não é aqui. Mas a disponibilidade obviamente que sempre existe.

Há aqui questões que têm muito a ver com diagnósticos, com o olhar para o Concelho inteiro, e não para a actividade desenvolvida neste período e que eu naturalmente não irei comentar. Portanto, trata-se de outro tipo de abordagem. Registo com toda a atenção, com toda a consideração porque são preocupações, mas não é propriamente o que está em discussão neste ponto da ordem de trabalhos.

Gostava de deixar algumas notas sobre questões aqui colocadas relativamente ao documento. E portanto às propostas de remate urbano. As propostas a remate urbano, também é difícil neste



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

momento estarem aqui retratadas, agora nós nos documentos da Câmara e cada um dos grupos de Deputados se quiserem obter a informação das decisões obviamente que a pode obter, quem tem representação na Câmara directamente, quem não tem ou mesmo tendo, pedindo à Câmara essa informação. Nós temos as propostas elaboradas onde existem desenhos feitos de qual é a localidade, de qual é a rua, com fotografias inclusivamente do edificado degradado e depois com o desenho daquilo que deve ser o futuro daquilo que se aprova e das próprias condições. Portanto, nós estamos de facto a fazer um trabalho bastante aturado nesta matéria e já há muitos resultados não propriamente no terreno porque depois aí depende dos particulares e depende mesmo. É que a Câmara decide qual é a viabilidade para uma determinada transformação urbana, mas depois é o próprio proprietário que a tem que transformar, quando nós dizemos é feita a publicação de um Edital, etc., temos as leis é preciso facilitar as Leis neste País. As Leis não dão o poder que o poder local precisa de ter com respeito naturalmente pelas pessoas e pelos proprietários, mas não lhe dão o poder necessário para uma intervenção eficaz, ágil e consentânea com as necessidades e a realidade, não há.

Também gostava de dizer, portanto a questão da campanha "Habitar e Conservar" há muitos resultados, nós temos muitos e muitos resultados que vamos obtendo a partir dessas vistorias. A vistoria é o primeiro passo, depois é preciso interagir com os proprietários. Eu quero aqui deixar uma palavra de grande apreço e porque não de reconhecimento público aos nossos Chefes de Divisão da Gestão e Administração Urbana que estão a fazer um trabalho muitíssimo eficaz, não só dirigindo os serviços para as vistorias técnicas, como também chamando os proprietários para o diálogo, no sentido de perceber os seus problemas e naturalmente esclarecer e procurar dinamizar a sua intervenção. E há muitos prédios, muitos, e é com alegria que eu digo isto, é muito frequente nós identificarmos mais e mais esses prédios com tapumes, com andaimes a serem objecto de conservação. Bem, vai tendo dinâmica e vai acontecendo essa intervenção por parte dos proprietários. Não se pode desistir, os dois caminhos têm que ser seguidos. Notificação, vistoria, obrigações e por outro lado chamar ao diálogo e procurar pelos dois caminhos sensibilizar as pessoas e actuar de acordo com as Leis.

Depois, eu quero dizer que este projecto da EcoEnLight é uma candidatura. Nós fizemos uma candidatura a esta oportunidade de financiamento mas ainda não está decidida. Nós procuramos dar conta nestes documentos dos projectos que estão em curso e para que todos os Deputados saibam e por aqui podem ter uma ideia da diversidade de projectos que nós temos também no âmbito da Comissão, portanto projectos que decorrem a partir de Bruxelas e aos quais nós nos candidatamos directamente, são projectos demonstrativos, são projectos que envolvem outras autarquias de outros países e portanto outras cidades e também do próprio QREN em que nós procuramos não perder uma única oportunidade ponderando também as nossas possibilidades de auto-financiamento para, obviamente que o dinheiro não vem todo, é preciso ir ponderando oportunidades, mas também a adequação às nossas necessidades e também as possibilidades de auto-financiamento para podermos depois assumir a parte nacional. Há aqui relativamente à questão do Ecocentro, há várias respostas, porque não é só o Ecocentro, o Ecocentro é uma resposta, mas depois também temos a Estação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Central onde estas coisas recebidas, são recebidas e as pessoas podem ir depositar directamente na própria estação para além daquilo que nós no trabalho que temos com as Freguesias relativamente à recolha dos monos. E portanto, nós também não obrigamos as Juntas de Freguesia a fazerem estes protocolos, as Juntas de Freguesia aceitaram com a Câmara Municipal, com um trabalho de, enfim procurando ser personalizada tanto quanto possível e progressivamente a recolha dos monos e aparas de jardins, dessas coisas, mas é de livre vontade, ninguém está obrigado. A Câmara Municipal está disponível para cooperar e assim o faz, com todas as Freguesias, noutra dia analisávamos com a Junta da Costa e víamos que a dimensão do trabalho da Câmara não tem nada a ver e não é pôr em causa a Costa, nós tentamos com o Presidente da Junta, com o Vereador, comigo e estivemos a escalpelizar tudo aquilo que se faz na Costa da Caparica. E de facto no período em análise já era considerável os monos recolhidos pela Junta que o nosso colega ficou até de avaliar e perceber quais as razões daquilo, mas era mínimo relativamente à intervenção da Câmara, isto é para dizer que a Câmara faz mais? Não. É para dizer que há esta preocupação. As Juntas fazem, a Câmara também faz e faz sem estar a olhar dentro das possibilidades, sem estar a olhar qual é a Freguesia, ou se fez muito ou se fez pouco. É preciso e nós vamos lá Portanto, queria deixar aqui nota, não é só o Ecocentro aqui nas Casas Velhas é também a própria Estação que também recebe.

Eu quero dizer que existe um contrato com uma empresa de desinfestação e de desbaratização, essas coisas não se fazem a olho, não se fazem porque apareceu ali a barata, há um trabalho que é feito, portanto é feito um concurso, é feita uma adjudicação a uma empresa, a empresa tem o seu plano de intervenção (isto também tem técnica), e naturalmente quando aparecem situações anormais em que se detecta para além do trabalho já feito e feito ciclicamente que é feito pela empresa, há focos problemáticos que são identificados em edifícios ou em espaços públicos seja onde for, os serviços contactam com a empresa e a empresa não só avalia a situação como também faz um reforço de intervenção nesses pontos.

Também queria deixar nota que a Rotunda que se está a construir na Av.^a Rainha D. Leonor e D. Sancho I, é uma Rotunda que finalmente foi possível construir, porque nós tivemos que obter a licença do proprietário, autorização do proprietário para podermos utilizar os terrenos privados para fazermos aquela Rotunda. E aquela Rotunda é fundamental para se avaliar todo o sistema de circulação e todo o funcionamento do Centro da Cidade. Aquilo é o que falta relativamente a todo o plano estabelecido para o Centro da Cidade. Com aquela Rotunda construída, com o teste àquela Rotunda, nós vamos concluir quais os resultados e qual o ponto a que chegamos. E avaliar obviamente e avaliar.

Quero deixar nota que, nós em relação às passadeiras obviamente que não sou eu que faço o plano das passadeiras, nem o Vereador, nós temos serviços, nós temos serviços que fazem o planeamento desse trabalho da pintura horizontal, da conservação vertical, do reforço da conservação vertical, etc., etc., não é um trabalho casuístico, é um trabalho baseado numa programação que os serviços fazem, desenvolvem. Claro que o nosso Concelho é um Concelho muito grande, claro que as passadeiras hoje pintam-se e no momento seguinte já estão todas sujas. Sabemos que é assim, isto é verdade. Mas com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

isto não se pode dizer que os serviços não têm planeamento e há coisas que são feitas por administração directa e há outras que são feitas através de empresas que fazem fornecimento, desenvolve-se concursos e que prestam esse serviço de pintura horizontal quer seja de passadeiras, quer sejam outro tipo de questões. Mas ficam essas preocupações, naturalmente que nós sempre as registamos.

Queria deixar também nota que o proprietário do Cais do Ginjal, tem havido articulação entre a própria Vereadora Amélia Pardal, que estamos a desenvolver o plano, toda a gente sabe, Sessões Públicas, por ai fora relativamente ao Plano do Ginjal. E fomos nós que nos sentámos à mesa com os proprietários chamando a atenção para a sua responsabilidade relativamente à identificação dos edifícios com problemas e eles têm a notificação, têm a responsabilidade de não só colocar, mas também segurar, têm essa responsabilidade. Porque nem eles, nem ninguém quer que estas coisas aconteçam e que haja problemas para as pessoas. Mas esta interacção em permanência existe e até a identificação daquilo que deve ficar para ser reconvertido na fase já de execução física do Plano de Pormenor, e aquilo que não faz lá falta e tem que ser demolido. Tudo isso é um trabalho que a nossa Vereadora com os seus serviços tem em mãos e que está a acompanhar.

Os problemas do vandalismo existem por todo o lado, nós sabemos e portanto obviamente que é preciso combater mas também é preciso resolver o que está vandalizado, mas isto é uma luta permanente, é um trabalho permanente que os serviços têm relativamente a esta matéria. São os tagues, são as iluminações públicas em zonas mais escuras vandalizadas, etc. E sistematicamente está a intervir nestas matérias. Nós dizemos o que é que se está a passar? E as pessoas a seguir respondem logo o que é que estão a fazer, as pessoas respondem o que é que estão a fazer. Se eu fizer daqui um telefonema para um responsável de um serviço relativamente às questões que vocês aqui colocaram eu tenho imediatamente resposta. Agora isto não pode funcionar assim.

Por acaso a Vereadora Amélia há bocadinho ligou num período mais inicial da nossa reunião para saber em relação à Av.^a António Pedro e teve o feedback já dos serviços. Isto é um mundo de informação, de trabalho e obviamente que se nós tivéssemos de entrar em tudo então dávamos razão à Troika e ao Governo de que os dirigentes não servem para nada. Eu acho que os dirigentes fazem falta e todos aqueles que nós temos na nossa autarquia fazem falta. Porque se a nossa autarquia deixar de ter os dirigentes que tem é ingovernável. Nós temos a Educação, a Cultura, o Desporto, a Habitação, temos tudo dentro da Câmara e precisamos dos dirigentes que temos e não são em exagero, e os trabalhadores também não. Portanto, quando vêm muitas coisas é também importante nos lembrarmos do Livro Verde da Troika, dos cortes que por aí vêm, etc.. E portanto, não nos deixarmos anestésiar com aquilo que parece que é a fatalidade do momento, que é a Troika e a poupança e o aperta o cinto e o aguenta o diminuir o ordenado e aumentar os transportes e aumentar o IVA, o preço da electricidade e etc., aguentar isso tudo e depois às autarquias locais pede-se tudo e mais alguma coisa, exige-se tudo e mais alguma coisa como se estivéssemos noutra País e os efeitos do acordo com a Troika não estivessem ai já e a partir do fim do ano conversaremos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, eu queria aqui deixar estas notas porque me parece que é muito importante nós tratarmos de uma forma rigorosa para não dizer séria porque tem que ser séria aquilo que é a realidade das autarquias locais no contexto também em que vivemos, porque isto não há mundos e fundos para as autarquias locais, e depois a Troika e o Governo tem que cumprir o acordo e toda a gente assobia da mesma maneira a dizer que é isso mesmo que tem que acontecer. Mas aquilo que muitos dizem que tem que acontecer e eu digo que não tem que acontecer, também se coloca ao Poder Local, já está a tocar e vamos ver até onde é que vai.

Eu queria também dizer que as questões das campanhas por exemplo dos canis, nós temos campanhas, se os colegas quiserem deter-se algum tempo, quer sobre os sites, quer sobre os boletins que ilustram as diferentes campanhas que têm vindo a decorrer relativamente às questões do ambiente e da limpeza encontrarão sistematicamente esta campanha na rua, abordando variadíssimas matérias, os canis, a adopção e o não abandono dos animais, e não deixar o bom do bicho na rua, no passeio etc., etc.. Portanto, queria deixar esta nota e também que o próprio site da Câmara, vale a pena perceber se o site também puder ser melhorado obviamente que também não deixará de o ser.

Em relação à questão da Charneca que é uma questão muito solicitada. Estava aqui a Vereadora, estávamos a conversar há pouco, ele dizia-me: hoje fiz uma reunião com o proprietário, consegui fazer uma reunião com o proprietário, ela diz que não é amanhã que fica tudo resolvido, mas há passos positivos relativamente àquilo que tem sido o constrangimento, que é uma propriedade privada que está em cima da rua e que estrangula a estrada e que é um trabalho que se tem vindo a fazer. A Vereadora reuniu hoje com o proprietário e haverão depois outros desenvolvimentos.

Também deixar nota que as árvores à volta das escolas também são plantadas, o Sr. Deputado há-de passar por lá e verificar se não estão.

A questão junto à Escola de Vale Rosal estão as árvores plantadas. Há aqui uma questão que também é importante perceber, é que as árvores não se devem plantar em qualquer período do ano. Porque a plantação de árvores fora da época de chuvas exige um cuidado de rega aturado, isto são custos muito grandes em mão-de-obra e em recursos materiais e logísticos e etc.. E portanto a grande plantação tem que se fazer na época das chuvas, a partir de Novembro, Dezembro, até Março é aí que a grande campanha de plantação tem que ser feita. Fora disso são as árvores de torrão, mas que colocam exigências muito grandes do ponto de vista depois da rega para poderem sobreviver. E portanto, isto é boa gestão, eu acho que é isso que se pode dizer. Não considero que haja desperdício de recurso ou que haja desbaratar de recursos mesmo na ECALMA, não considero. Não sendo eu do Conselho de Administração da ECALMA mas não considero. Acho que é preciso perceber a ECALMA e perceber que todo o investimento que era preciso fazer para que a ECALMA pudesse funcionar, obviamente que tinha que ser a Câmara a fazer. A Câmara tinha naturalmente que apetrechar a ECALMA com os meios materiais, os meios de mobilidade, os parques, os parcómetros, etc., para que a ECALMA assumisse a sua missão, que é gerir o espaço público, gerir o espaço de estacionamento. E portanto eu acho que sobre isto haveremos de falar ainda muito, mas é bom que não se façam leituras cegas quando se fala



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

das empresas do sector empresarial local, há situações e situações, cada um conhecerá a sua, eu aqui conheço esta e sei porque é que o investimento municipal quem foi, porque a Câmara tinha que naturalmente assumir esse investimento porque a empresa é de gestão e de fiscalização, não é obviamente uma empresa de investimento, nem é uma empresa privada, é uma empresa pública que segue o interesse público.

Por último dizer que a Estrada Nacional 377/1, seria muito mau que ela ainda hoje fosse das Estradas de Portugal, seria muito mau porque esta estrada só passou a ser conservada quando desclassificada a pedido do nosso Município. E foi aí que levou uma camada de alcatrão e que os passeios possíveis e as bermas possíveis do ponto de vista da calçada foram feitas, porque nunca foram feitas, nunca houve nada de intervenção nessa estrada. Foi possível começar a pôr semáforos que também não eram postos, não era possível coloca-los, as próprias sinalização horizontal e por aí fora. Portanto, podemos dizer sim, não é uma via qualificada, não é. O que nós dissemos nas Opções Participativas que realizámos aqui no Charnequense foi que íamos fazer um levantamento exaustivo, bastante cirúrgico de todo o corredor para se perceber do ponto de vista da qualificação urbana, que tipo de via urbana seria possível ali pensar fazer, pensar desenvolver projecto, porque aquilo é estreito num sítio, é largo no outro, é estreito a seguir, casas em cima da estrada que não permitem passeios, etc., etc.. Portanto este trabalho que nós dissemos à população que iria ser feito, não dissemos quando é que íamos construir a estrada, dissemos que ela só poderia ter execução quando o IC 32, até para percebermos que IC 32 vai ser esse e que articulações é que se podem fazer com este IC 32, porque este sim é uma verdadeira auto-estrada e vamos ver onde é que ela para, parece que já não há dinheiro e que já se gastou mal. Portanto nós temos esse compromisso, não nos comprometemos com a população a dizer quando é que vai ser feito, mas que o estudo em termos de qualificação urbana na perspectiva de um projecto que permitisse uma via qualificada, com um perfil transversal, único, a discutir com a população, isso fazemos, é sempre o que fazemos. Portanto quando vai ser construído, veremos. O dinheiro também haveremos de ver o que vem aí, da Troika e de outras Troikas, para os Municípios e em particular para o Município de Almada. E também é importante deixar aqui a nota, é que essa diminuição de recursos humanos tem que fazer pensar todos os autarcas, autarcas preocupados com a população têm que reflectir muito seriamente sobre a sangria que está perspectivada para os recursos humanos nas autarquias locais. Eu pergunto o que vai ser dos cemitérios, da limpeza, dos espaços verdes e muitas outras áreas. Já se fala em cinquenta mil funcionários públicos a irem embora até 2015, mas também já se fala que estão aí outras medidas relativamente à substituição de funcionários. Portanto soleira e chuva no nabal não é possível, toda a gente sabe, e as coisas são negras. Portanto o livro negro é mesmo negro, e todos nós preocupados com a população temos que nos preocupar verdadeiramente com as consequências destas medidas e destas políticas na vidas das populações, porque os autarcas estão cá hoje uns e amanhã estarão outros, a população é que precisa de um Poder Local actuante com recursos e com autonomia administrativa e financeira, e autonomia política para resolver os problemas das populações."



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A resposta da Sr.^a Presidente foi muito completa em relação a alguns aspectos, alguns deles como o Governo, o Livro Verde, a Troika, os transportes, o IVA um bocadinho fora do âmbito da Actividade Municipal de Maio e Junho que a Sr.^a Presidente fez questão de nos lembrar que estávamos a discutir, mas curiosamente talvez não tenha tomado nota ou a folha não tenha ficado por ai ao de cima, não respondeu às duas perguntas sobre a Academia Almadense. Eu estou disposto se ainda tiver tempo a ceder à Sr.^a Presidente par ouvir as respostas sobre a Academia Almadense."

7.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É mais uma vez para lamentar que no meio de tanto discurso, tanta Troika, tanto FMI, não haja tempo para responder a questões de Almada. É recorrente acontecer a Sr.^a Presidente fala, fala, fala e parece que não ouve as nossas perguntas. É preferível dizer, eu a esta pergunta não quero responder e àquela também não. E assim ficamos com uma resposta. Agora a zona pedonal continua lá e o estacionamento caótico continua lá, há questões aqui que foram levantadas principalmente esta da Academia Almadense e continuamos sem resposta."

7.1.2.10 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu peço desculpa mas eu respondi, quando eu falei da Rotunda em construção, articulando com toda a circulação naquele território respondi-lhe, agora se não foi a resposta que o Sr. provavelmente queria. Em relação à Academia Almadense eu queria dizer o seguinte, as Colectividades têm autonomia própria, autonomia própria. Têm os seus associados e são os seus associados que elegem os órgãos sociais, que os demitem, que têm a competência para fiscalizar quer seja na Academia, no Almada, no Ginásio, seja onde for. Agora, o que é preciso deixar aqui claro é que a Academia apresentou uma candidatura ao QREN para fazer obras no antigo Cineteatro e a isso eu posso responder. A Câmara há-de entregar à Academia um Contrato de Programa aprovado na Câmara que muito claramente explicitado quando e em que condições é que as verbas podem ser disponibilizadas, não foi disponibilizada a verba do Contrato Programa. A Academia tem projectos desenvolvidos, agora enfim há-de reconhecer que não me compete a mim ser moça de recados e perguntar à Academia, eu posso dizer o que posso e o que sei e o que sei digo, mas mais do que isso não me peçam, naturalmente que eu não tenho que dizer. Portanto, temos Contrato Programa aprovado na Câmara, formalizado pela Academia, estabelece de uma forma muito clara quando e em que condições é que a verba tem que ser entregue, há uma candidatura aprovada no QREN e é muito bom e a Academia mandou fazer os projectos e ao que me consta tem os projectos feitos. Há-de com certeza lançar o seu concurso, assim espero."

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 45/X-2º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 06/07/2011, sobre a "Desafecção de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Parcela de Terreno do Domínio Público Municipal com a área de 3.774 m², sem capacidade construtiva, sita em Santo António da Caparica, Freguesia da Costa da Caparica”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

7.2.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para apresentar a respectiva Proposta.

7.2.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Câmara é proprietária dos lotes que se identificam na proposta, portanto são três parcelas do domínio privado e uma delas do domínio público municipal, toda esta área está envolvida no nosso Centro de Lazer de S. João, portanto uma unidade de alojamento, torna-se necessário proceder à regularização matricial e predial deste conjunto e por isso é necessário pedir à Assembleia Municipal que autorize a desafecção do domínio público para o privado da parcela de 3.774 m², tomada esta decisão, far-se-á a agregação de todas as parcelas de modo a constituir um único prédio e dessa maneira será então feito o respectivo registo em que o edifício ocupa uma área de 692 m², tendo 1402 de construção e o logradouro terá 6022 m². Portanto não terá três mil, terá 6022 m² com logradouro, mas isto também é uma questão que importa bastante, é o facto de estarmos a tratar de uma unidade de alojamento em que tudo isto tem que ser parte do mesmo conjunto, portanto edifício e logradouro."

7.2.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais e a Sr.^a Presidente da Câmara.

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Presidente da Câmara, agradecia só um esclarecimento relativamente simples. Porque é que o Centro de Santo António, tendo sido inaugurado a 26 de Junho de 2003, porque é que oito anos depois nós estamos a regularizar esta situação? Houve algo que tivesse motivado que tivesse que ser nesta altura? Houve alguma obrigação nesta altura? Porque é que esta regularização não foi feita há oito anos?"

7.2.2.2 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pergunta bem. Está agora a ser regularizado porque há aqui uma questão que os serviços identificaram, tendo em conta o facto de ser uma unidade de alojamento, isto não tinha problema nenhum. Do ponto de vista formal não estava bem porque sendo três parcelas do domínio privado e uma do domínio público era adequado terem os serviços desencadeado o processo de modo a constituírem, podiam constituir uma para a construção e outra para domínio público por ventura. Mas a questão é levantada com a classificação deste nosso conjunto, como unidade de alojamento e portanto é aqui que a questão se coloca e que levanta o problema nos serviços da necessidade dessa regularização processual."

7.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta que foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do PSD, inclusive da representante da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que a área de implantação do Centro de Lazer de São João de Caparica, incluindo os respectivos espaços exteriores é de 6.714 m², abrangendo dois lotes e duas parcelas, sitos na Quinta do Torrão, Costa da Caparica, identificados na proposta da Câmara pelas letras A, B, C e D, sendo respectivamente Lote 26 registado em inventário sob o nº 11141, lote 53 registado em inventário sob o nº 10172, Parcela de terreno registado em inventário sob o nº 10009 e Parcela de terreno cedida para o domínio público Municipal no âmbito do Alvará de loteamento nº 9.

Considerando que os referidos imóveis identificados com a letra A, B e C foram utilizados para a implantação do edifício do Centro de Lazer, e a parcela D tem sido utilizada para a execução dos respectivos espaços exteriores.

Considerando que para a regularização dos registos matricial e predial da composição do prédio implica a anexação dos diferentes lotes e parcelas, de forma a construir um único prédio, fazendo coincidir a realidade física com os registos respectivos.

Considerando que a parcela identificada de D foi cedida ao município de Almada, para domínio público municipal, ficando consignado que poderia ser dada qualquer outra utilização.

Considerando que a localização na área prevista a desafectar não diminuirá ou afectará qualquer direito particular que, ponderado com o interesse público subjacente à desafecção, imponha a não desafecção.

Tendo presente o artigo 1304º do Código Civil e a Lei das Autarquias Locais

A Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 53º, nº 4, alínea b), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- Desafectar do domínio público municipal a parcela (D) de 3.774 m², sem capacidade construtiva, sita em Santo António da Caparica, na freguesia da Costa da Caparica, Concelho de Almada, confrontado a Norte com o nº 67 da Rua Infanta D. Henrique e outros, a Sul com a Rua Miguel Torga e Município de Almada, a Nascente com o Município de Almada, e a Poente com Avenida Afonso Albuquerque.

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 com a apreciação e votação da Proposta Nº 46/X-2º de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 20/07/2011, sobre a “Suspensão Parcial do Regulamento do Plano Director Municipal”, (Conforme Anexo XXIX).

7.3.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal para apresentar a respectiva Proposta.

7.3.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu faço a primeira apresentação e depois se for necessário alguns esclarecimentos a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal, dará os esclarecimentos que forem necessários, face às questões. Portanto, o que é que nós temos enquanto Proposta para apreciar e decidir? Nós temos o Plano Director Municipal que tem na área envolvente à Faculdade de Ciências e Tecnologia, tem uma área definida de investigação e desenvolvimento. Quando nós fizemos o Plano Director Municipal ainda estávamos no início de um trabalho que nos conduziria à criação do Parque de Ciência e Tecnologia, o Madan Parque. Portanto, nós concluímos o Plano em 93, foi aprovado na Assembleia Municipal em 93 e em 95 foi quando se constituiu o Parque de Ciência e Tecnologia. Quando nós fechamos o Plano Director Municipal, chegamos à fase da proposta, concluímos que não tínhamos segurança relativamente àquilo que deveria ser o conceito de Investigação e Desenvolvimento. E como não queríamos naquele território assistir a situações que pudessem não corresponder aos objectivos em vista, armazéns por ventura em vez de transferência da investigação da Universidade para o mundo do trabalho, nós entendemos na altura que deveríamos sujeitar este território a Plano de Pormenor. Penso que a Proposta ajuda a perceber o contexto e o processo, mas decorrido algum tempo nós concluímos que não era adequado um Plano de Pormenor para esta área e não era porquê? Porque as áreas de investigação e desenvolvimento podem exigir diferentes áreas de lote em função dos diferentes projectos que venham a ter interesse em instalar-se naquele nosso território. E portanto um Plano de Pormenor poderia e constitui normalmente um espartilho à gestão do território, porque tem que definir áreas de lote muito fixas e qualquer alteração a essas áreas de lote implica alteração ao Plano de Pormenor. E portanto, nós concluímos que não era o caminho adequado seguido por aqui. Entretanto a própria Câmara avançou e depois a Assembleia Municipal também aprovou a isenção da taxa de urbanização para as áreas a investigação e desenvolvimento a cem por cento, o Madan Parque desenvolveu-se, construiu também o seu próprio edifício, tem algumas áreas para expansão do próprio núcleo do Madan com empresas a fixarem-se ali, e nós consideramos que era adequado com a reflexão que foi feita também nos serviços, que era adequado afastar a obrigatoriedade do Plano de Pormenor. E diligenciamos num primeiro momento este processo, este processo depois confrontou-se com uma alteração à legislação que nos levou a recuar e a desencadear novos procedimentos e novos contactos inclusivamente com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e chegamos ao momento em que tendo um parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional se avançou para a elaboração da proposta que hoje vem aqui à Assembleia.

Por vezes aparecerem, talvez por menos conhecimento relativamente a estas matérias, algumas preocupações no que diz respeito a com isto depois podemos correr o risco de se fazerem ali arranha-céus, ou podemos correr o risco de desvirtuar aquela área e por exemplo ao nível do próprio estacionamento, etc..

Não. Não, porque a única coisa que esta decisão contempla é afastar a elaboração por dois anos do Plano de Pormenor, que é o tempo que se perspectiva para a revisão do Plano Director Municipal, isto tem as suas regras e decorre da própria Lei. Portanto, os índices do Plano estão absolutamente fixados



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no Regulamento, as questões de cérceas, o estacionamento, portanto não há aqui absolutamente nada que fique incontrolável, apenas e só se afasta a obrigatoriedade de Plano de Pormenor.

Depois temos as questões das medidas preventivas que naturalmente também decorre, isto é uma situação atípica, porque a Lei, a legislação nacional em relação às alterações aos PDM's o que aponta é alterações de uso, enfim, há uma panóplia de possibilidades equacionadas previamente à elaboração da Lei que a Lei vem contemplar. Esta é uma situação atípica. Trata-se apenas de um artigo do Regulamento do Plano onde se diz que é obrigatório fazer um Plano de Pormenor e que passa a dizer-se que não é, mas todas as regras de transformação daquele território estão definidas no próprio instrumento que é o PDM, das cartas de ordenamento, etc.. Portanto, a suspensão deverá ocorrer até à Revisão do PDM num prazo máximo de dois anos, incide territorialmente sobre a unidade operativa de Planeamento e Gestão do Monte de Caparica UNOP 5, ao nível da classe de espaços de investigação e desenvolvimento conforme a planta que se junta. E na área objecto da presente suspensão aplicam-se todas as demais normas do regulamento do PDM constantes nos respectivos artigos que fazem parte do mesmo.

É o que se me oferece dizer à partida, depois a Sr.^a Vereadora perante algum esclarecimento e eu própria se for caso disso."

7.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Sérgio Bastos, Luís Filipe Pereira, Fernando Pena, Luís Varela Pais, a Sr.^a Vereador Amélia Pardal a solicitação da Sr.^a Presidente e a Sr.^a Presidente da Câmara.

7.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É importante relembrar que o processo de revisão do PDM teve início em 2008.

Em 2008 foi à Câmara Municipal uma primeira proposta de suspensão parcial do regulamento do PDM, a qual o PS se opôs por um conjunto de motivos políticos, legais e administrativos.

A Câmara Municipal de Almada apenas tentou suprir a lacuna legal da inexistência de um parecer da CCDR-LVT.

A posição do PS tem fundamentos políticos de oposição à forma como a gestão do ordenamento do território é efectuada pela actual maioria.

A maioria CDU ainda não foi capaz de explicar, de justificar como compatibiliza o argumento de alterar o regulamento do PDM para a UNOP 5, se o Relatório de avaliação de execução do PDM, já aprovado pela Câmara Municipal de Almada, não evidencia essa necessidade.

A maioria comunista ainda não foi capaz de explicar porque pretende efectuar esta alteração pontual do Regulamento do PDM à margem do processo de revisão do PDM em curso.

Quais foram os desenvolvimentos ocorridos entre 2009 e 2011?

Qual a urgência desta processo?

O que se entende por "uma nova dinâmica territorial" não se pode estar certamente só do MST!

Quais os projectos que estão dependentes desta suspensão do PDM?



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As eventuais empresas interessadas não têm espaço para se instalarem na actual "Madan Park"

O PS reafirma a posição de princípio de que as alterações ao Regulamento do PDM não devem ser isoladas do processo de revisão do PDM em curso.

A maioria comunista na Câmara Municipal de Almada ainda não deu qualquer argumento para o fazer e esta proposta indicia ser mais uma manobra da maioria de tratamento deste assunto, sem que todas as informações relevantes sejam prestadas aos munícipes e aos eleitos locais.

O propósito da Câmara Municipal de Almada, que desde há dois anos e meio teve uma inércia para a solução deste problema, não promovendo qualquer tentativa de elaboração de um Plano de Pormenor, denota pouco empenho na gestão deste caso.

O PS continua atento e não será conivente com os procedimentos que em matéria de urbanismo se afiguram pouco claros.

Por estes motivos e ao contrário do PSD, que alterou o seu sentido de voto ainda que de forma pouco convencida, abstendo-se e não votando a favor viabilizou a aprovação desta proposta na Câmara Municipal de Almada, nós votamos contra."

7.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O PDM de Almada, em vigor há praticamente 20 anos, não sofreu qualquer alteração durante todos estes anos. A sua revisão é essencial para reforçar a salvaguarda dos valores e sistemas do concelho, definindo limites para eventuais mudanças de uso e ocupação dos solos.

O PDM é um instrumento fundamental para a sustentabilidade do concelho, no combate à discricionariedade das decisões, obrigando à definição de princípios, critérios e prioridades para o concelho de Almada. Os sucessivos adiamentos do seu processo de revisão, iniciada em Dezembro de 2008, apesar de a Direcção de Projecto de Revisão do PDM ter sido criada em Abril de 2006, impedem um debate aprofundado sobre as necessidades, o futuro do concelho e as suas grandes opções.

O Bloco de Esquerda considera que esta revisão do PDM deve ser elaborada de forma a assegurar a coesão social, territorial e ambiental do concelho no seu todo. O simples somatório de projectos não resolve o défice de uma estratégia global e sustentável, que deve basear-se em dois pilares fundamentais: a revisão do PDM e a participação e cidadania democrática dos almadenses.

A suspensão parcial do PDM (que implica deixar de exigir a elaboração prévia de PP para as operações urbanísticas a desenvolver nos espaços de Investigação e Desenvolvimento) não conta com o voto favorável do Bloco de Esquerda.

A questão de fundo presente nesta proposta, é que a mesma não fundamenta, a necessidade desta suspensão.

Por exemplo, argumenta-se, sem apresentar provas sustentadas, que desde a entrada em funcionamento do MST em Novembro de 2009, há uma "nova dinâmica territorial" ao longo do espaço canal do MST e áreas adjacentes, potenciando "expectativas de desenvolvimento deste território" através da fixação de empresas de base tecnológica nas referidas áreas de Investigação e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desenvolvimento. Esta procura parece encontrar um obstáculo nas “práticas administrativas de limitada execução”, nomeadamente nos Planos de Pormenor.

Perguntamos:

- Terão sido necessários tantos anos de aplicação do PDM de Almada para chegar á conclusão de que os Planos de Pormenor de elaboração obrigatória em circunstâncias e zona definidas no Regulamento do PDM são afinal obstáculo à concretização de desígnios estratégicos da maior importância?
- Tendo-se chegado a esta conclusão em Fevereiro de 2009, exactamente na mesma altura em que foi feito o Relatório de Avaliação da Execução do PDM em vigor, seria de esperar que a mesma dele fizesse parte. Mas de facto, este relatório não faz nenhuma referência crítica a este aspecto do Regulamento!
- Quanto à “nova dinâmica territorial”, não podemos deixar de nos interrogar que, tal como já parecia ser caso em Fevereiro de 2009, poucos meses passados desde a chegada do MST ao Monte da Caparica, ela esteja a acontecer. Ou seja, apesar da profunda crise financeira, económica e social em que o país se encontra mergulhado, e que vem sendo acentuado de há dois anos para cá, existirá em Almada uma procura concreta de localização/instalação de “indústrias de base tecnológica” que fundamenta as “expectativas de desenvolvimento do território” em torno do Campus da FCT.
- Que dados concretos existem sobre a “nova dinâmica territorial” e o seu acentuamento após a chegada do MST ao Monte de Caparica, há mais de 2 anos atrás?
- Existem propostas concretas de instalação de empresas de base tecnológica? Desde quando? Qual a consistência dessas propostas e quais os efeitos esperados das mesmas?
- Existem à volta do Madan Parque vários loteamentos que podiam ser alocados para a concretização deste desígnio. Quais os motivos que levam a que não o sejam?

Estas são questões já levantadas pela Vereadora do BE (na reunião de Câmara em que a proposta foi discutida) e que ficaram sem resposta. Votámos contra na altura, e o mesmo faremos nesta Assembleia Municipal."

7.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma primeira nota sobre o mapa que nos é apresentado anexo a esta Proposta de muito poucas referências geográficas que permitam uma identificação inequívoca do território em causa.

Depois dizer que esta é uma Proposta anacrónica, feita sobre um PDM obsoleto e cujo processo de revisão continua muito enrolado. É uma Proposta que assenta em postulados vagos, imprecisos, sem uma fundamentação razoável, apresenta até algum argumento bizarro de classificação dos Planos de Pormenor com práticas administrativas de limitada execução. Sendo a alternativa que apresenta a isso a desregulamentação. E esta ausência de fundamentos é preocupante, porque preconiza mais um foco de confusão urbanística. Mais, esta Proposta faz mais uma vez uma referência vaga a medidas preventivas que não são em lado nenhum especificadas. Saliente-se também que o processo de consulta à CCDDR foi no mínimo trapalhão, para não dizer de legalidade questionável. Acontece que sob



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um argumento que é de facto aparentemente meritório, esta Proposta pretende que a Assembleia Municipal de Almada passe à Câmara Municipal uma carta branca para a gestão de uma parte do território. E vão-me perdoar, mas pelo histórico desta Câmara Municipal eu não confiaria uma carta branca para gerir uma parte do território nem que fosse uma parcela de um quintal. E portanto uma Proposta ad hoc numa matéria delicada, com uma redacção difusa e potencialmente ferida de legitimidade merecerá o nosso voto contra."

7.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma breve nota para darmos uma justificação, até pelo adiantado da hora, aquele que será o nosso sentido de voto relativamente a esta proposta. Não há dúvida que o Partido Social Democrata concorda inteiramente com os fins a que se destina a proposta que nos é aqui apresentada, nomeadamente o facto de podermos motivar com algumas decisões mas cujos meios nos questionamos na sua formalidade mais correcta de que para benefício do futuro investimento, nomeadamente em indústria de ponta e de transferência de tecnologia, teremos que ter permanentemente e sobre o nosso radar a melhor forma de poder levar esse fim avante. É verdade que o território da Caparica é um território de excelência para o fim a que se destina a estes lotes, estas parcelas que aqui temos, no entanto também é verdade que o Madan Parque ou o conceito Madan Parque tem pelo menos no meu conhecimento mais de dez anos de vida. E se a Câmara Municipal já nos habituou de uma forma muito formal e muito profissional poder muitas vezes fazer a gestão do nosso território com base num conjunto de instrumentos de gestão territorial que neste momento muitos deles se encontram em curso e que se calhar têm algumas das áreas mais estratégicas do nosso território neste momento a serem geridas com base nestes instrumentos territoriais, faz-nos um pouco de desconfiança o facto de que sabendo nós de antecipação e havendo o executivo que perdura ao longo destes muitos anos, com grandes conhecimentos sobre o nosso parque territorial, como é que há dez anos sabendo da existência do Madan Parque, da existência do MST e de todas as suas influências sobre a mesma região bem como para além disso das eventuais propostas que existem de algumas empresas e é isso que esperamos ouvir aqui hoje relativamente à ocupação deste espaço, nos seja colocada aqui uma decisão de menor formalização de uma gestão territorial a dois anos de Revisão do Plano Director Municipal, e a três anos do início dessa mesma Revisão. O que é que em dois anos é expectável da parte da Câmara Municipal que venha a acontecer que não pudesse acontecer daqui a dois anos?

É isso muito formalmente que nós gostaríamos de saber. Há com certeza uma motivação forte e essa motivação forte terá com certeza a ver com grandes possibilidades de investimento nas indústrias de tecnologia na nossa área que certamente a Sr.^a Presidente ainda nos vai anunciar, penso que é isso que nós encontramos e esperamos hoje."

7.3.2.5 - A Sr.^a Vereadora Amélia Pardal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Dizer que aquilo que está a submeter-se à Assembleia Municipal é simplesmente a suspensão parcial do RPDMA que incide sobre o disposto no nº 1, do artigo 112º do Regulamento do PDM. Não estamos a fazer nenhuma alteração urbanística estranha, nada escondido, nada que não se perceba, nada de complicado. Pode-se estar ou não estar de acordo, mas não se levistem dúvidas, não se levistem suspeitas, não pareça aqui que temos a gestão contra o Planeamento e Planeamento contra a gestão. No Concelho o Planeamento trabalha lado a lado com a gestão. E poderemos ordenar e planear o território através de IGT's ou através de operações de loteamento. Portanto, há várias formas de o fazer. E esta ideia, esta sim é anacrónica, de que a gestão que é a especulação imobiliária e que o planeamento faz planos que não nos deixam fazer essa especulação imobiliária não corresponde obviamente à verdade, e desconfiem obviamente do que entenderem. Dizer que, e esta foi uma questão já levantada aqui também na reunião de Câmara, a concretização destes espaços e é isso que é suspenso, deve ser sempre seguida da elaboração de um Plano de Pormenor. E a seguir o ponto 2, do artigo 112º não é suspenso, e diz "os índices urbanísticos a adoptar são os constantes do artigo 91º, relativos às áreas de baixa densidade à excepção do número de pisos que pode ascender a três." Depois em seguida querendo dizer que de uma forma ligeira, não são muito concretas as medidas preventivas, são muito concretas, são muito objectivas, a suspensão deverá ocorrer até à revisão do PDMA num prazo máximo de dois anos, isto é se durante os dois anos que vão daqui até à revisão do PDM nada acontecer, a partir daí é no quadro da Revisão do PDM que ainda que não esteja fechada, portanto esta suspensão deixa de ter efeito e passa a vigorar aquilo que estava anteriormente. Isto que fique claro. Se a Revisão do PDM não se fechar daqui até dois anos passados, esta suspensão deixa de ter efeito. Incide territorialmente sobre a unidade operativa de planeamento e gestão do Monte de Caparica UNOP5 ao nível da classe de Espaços de Investigação e Desenvolvimento, conforme plante em anexo.

Na área objecto da presente suspensão aplicam-se todas as demais normas do Regulamento do PDMA.

Dizer algumas coisas que parecem importantes.

Relativamente à questão da Investigação e Desenvolvimento dizer o quê? Esta é uma classe de uso como outras, aliás, e que só provavelmente não as colocamos neste momento e não fazem sentido serem colocadas, porque não estão no mesmo momento nesta área.

Por exemplo, temos vários pedidos para áreas industriais do Concelho e são pedidos que não são exactamente para aquilo que nós não temos considerado e que o próprio PDM considera como uma área industrial. E estas questões têm que ser consideradas, mas não temos nestas zonas uma obrigatoriedade de Plano de Pormenor. E porque é que ao contrário do que tem que se fazer, o Plano de Pormenor ou a não existência do Plano de Pormenor não nos permite fazer tudo. E dizer aos Srs. Deputados o seguinte, a Câmara não se demite obviamente das suas responsabilidades, e a Câmara tem que se pronunciar sobre operações de loteamento e ordenamento que acontecem nesta zona do território. Ao contrário se tivessem um Plano de Pormenor aprovado neste momento só havia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

apreciação dos projectos de arquitectura. Portanto esta ideia de que o Plano de Pormenor previne todas as questões e que a gestão territorial é uma forma de lá chegarmos às escondidas não é verdade e de alguma forma demonstra também algum desconhecimento do que são hoje os instrumentos de gestão do território bem como o regime jurídico dos instrumentos de gestão do território.

Dizer ainda que as alterações ao regime jurídico mais recentes dão às Câmaras mais autonomia mas também dão maior responsabilidade. E dizer o seguinte, nós não temos que pedir um parecer positivo ou negativo à CCDR, aquilo que a Lei diz e é muito clara é o seguinte, é a Assembleia Municipal que tem o poder de suspender determinado artigo dos PDM's, só a Assembleia Municipal o pode fazer. E o que é que faz a CCDR? A CCDR incide o seu parecer apenas sobre as conformidades, com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. E foi isso que a CCDR fez. Não há aqui nenhum mistério, não há aqui nenhuma história, há para além de correspondência entre a Câmara Municipal de Almada neste Mandato e a CCDR entre 21.10.2010 e 21.96.2011, há também um conjunto de reuniões nomeadamente ao nível técnico para esclarecimentos. Portanto, a CCDR quando envia o que diz é que tem um parecer positivo face às questões legais. Portanto nós não estamos a cometer nenhuma ilegalidade. Dizer obviamente que o que se coloca aqui neste momento naquele território é o território estar parado. Há muita gente interessada, eu própria e técnicos das minhas áreas e mesmo a Sr.^a Presidente já receberam várias pessoas interessadas em localizar empresas naquela área.

Portanto, não vou obviamente enunciar aqui, mas evidentemente que a seu tempo poderemos falar delas. Portanto, há interesse de quem já está no Concelho e de quem está fora do Concelho, para poderem instalar-se naquela área. E efectivamente o Plano de Pormenor que é e continuamos a achar um instrumento importantíssimo e por isso estamos como sabem a desenvolver um conjunto de Planos de Pormenor que em breve serão, se tudo correr bem, objecto de aprovação, agora os Planos de Pormenor têm problemas de facto, são difíceis de chegar ao fim. E o Plano de Pormenor tem outro problema e é disso que aqui se fala quando se fala de práticas administrativas de limitada execução. Não tem a ver com as práticas e serviços, não tem a ver com as práticas de planeamento, não tem a ver com as práticas dos técnicos. Tem a ver com o facto de existir um Plano de Pormenor, pode significar que determinada empresa que tem um determinado formato não se adapte àquilo que está desenhado no Plano de Pormenor. Mas nós podemos controlar aquilo que lá vai acontecer por via do PDM em vigor e porque somos nós na Câmara que decidimos, não é ninguém que decide por nós. E portanto, há um conjunto de regras que têm que ser respeitadas. Sobre esta matéria não tenho mais nada a dizer, julgo que ficou clara ou pelo menos tentei que sim."

7.3.2.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só duas notas. Eu queria deixar aqui a seguinte observação, nós andamos com o processo da Costa da Trafaria há quantos anos? Vai para sete e com Planos de Pormenor. Temos estado parados? Somos distraídos? Não trabalhamos? Não. Tem-se trabalhado imenso, mas ainda não se conseguiu. O que é que nós temos? O Plano Director Municipal diz que naquele território é preciso para sua transformação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que haja a figura Plano de Pormenor. Entretanto o PROT da Área Metropolitana de Lisboa esteve em processo de alteração. Esteve em processo de alteração e do meu ponto de vista não deixará de ter aqui também provocado algum atraso neste processo. E todos sabemos que não queremos o Terminal de Contentores na Trafaria, todos sabemos, nós não queremos. Mas que isso está previsto em termos de proposta de alteração ao PROT está lá e os Planos estão bloqueados. Não andou para trás, nem para a frente, vamos ver onde é que vamos chegar. No nosso Plano Director Municipal o que estava previsto em termos de Plano de Pormenor era aí, era na área de investigação e desenvolvimento e era na Ribeira da Foz do Rego. Eram as únicas áreas do nosso Concelho onde se apontava para a elaboração de Planos de Pormenor eram nestas três áreas. Planos de Pormenor concretizados onde é que eles estão? E não se deixou de começar e não se deixou de trabalhar. Não estão, Os Planos de Pormenor primeiro que se consiga a sua aprovação meus amigos, é uma década ou mais. E mesmo a própria legislação que saiu com as perspectivas de quem a desenvolveu de poderem vir a agilizar esses processos a constatação prática que nós temos é que não se conseguiu. As nossas razões a Vereadora já aqui disse, eu também as invoquei relativamente à proposta de afastar obrigatoriedade da elaboração do Plano de Pormenor. Agora, vai haver desregulação porque não há Plano de Pormenor? Isso é um desconhecimento absoluto daquilo que é um instrumento de gestão territorial. O Plano Director Municipal contém todas as regras para a transformação do território. E o nosso Plano Director Municipal tem uma escala que a maior parte dos Planos Directores Municipais não trabalhou. Portanto, a nossa escala é micro. A escala do Plano Director Municipal de Almada é quase uma escala de pormenor. Portanto, eu queria deixar aqui também nota, porque isto não é nada trapalhada, com a CCDDR não era preciso ser consultada inicialmente com a alteração de 2009 passou a ter que ser consultada, como disse a Vereadora para aqueles efeitos, não se trata aqui de nenhuma carta branca, não há aqui vigarices, na Câmara de Almada não há vigarices, a gestão do território faz-se com regras e com lisura e com limpeza. Aqui a suspeição pode ter que ser provada, é preciso cuidado na forma como se fala relativamente aos autarcas e à Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal são os eleitos, mas também são os trabalhadores. Portanto, quem levanta suspeições é melhor que se acautele porque naturalmente tudo tem um limite, e algum dia vai ter que provar aquilo que diz. Suspeição mas porquê? Porque é que não confia na Câmara, nós não queremos cheques em branco mas não confia porquê? A Câmara tem um instrumento de gestão territorial para gerir, onde é que está o incumprimento do instrumento de gestão territorial? Que se diga. Agora, intervenções sucessivamente feitas no sentido de gerar a desconfiança, a suspeição, etc., eu repudio veementemente. Repudio veementemente. Acho que, não se entender, precisar de um esclarecimento, não estar de acordo, é uma coisa, agora, fazer intervenções levantando suspeição sobre autarcas, órgãos autárquicos e serviços, é bem diferente. Queria deixar também nota que o Plano Director Municipal, o processo de revisão está em desenvolvimento, nós esperamos que este Governo que ainda terá que decidir sobre a alteração, a proposta de alteração ao PROT, que tire da proposta a Reserva Portuária na Trafaria e a Reserva para comboio de mercadorias. Porque nós queremos salvaguardar o PROT de 2002 em que o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desenvolvimento para esta área do nosso Concelho era de eixo turístico, é isso e tem sido isso que todos os autarcas ao nível local têm assumido como desígnio para o nosso Concelho. Mas isto não é um bloqueio? É um bloqueio. Se nós temos que desenvolver temos os cadernos de caracterização prontos e estamos a trabalhar e brevemente haverá reuniões, já fizemos duas a propósito do PROT e explicamos isso.

Há aqui um bloqueio, o PROT ao não haver uma decisão sobre a proposta final, bloqueia o trabalho de Revisão do Plano Director Municipal de Almada.

7.3.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta que foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), quinze votos contra (de eleitos do PS, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Charneca de Caparica e Trafaria, do BE e do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive da representante da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Considerando que o Plano Director Municipal de Almada (PDMA) foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 5/1997, de 14 de Janeiro de 1997, e publicado no Diário da República, 1ª Série - B, de 14 de Janeiro de 1997, consagrando formalmente propostas resultantes de um processo iniciado em 1987.

Considerando que de acordo com o disposto no nº 1, do art.º 112º do Regulamento do PDMA (RPDMA), cuja norma apenas se aplica na UNOP 5 - Monte da Caparica ao nível na classe de Espaços de Investigação e Desenvolvimento (I&D), a concretização destes espaços deve ser sempre precedida de elaboração de um Plano de Pormenor, imposição que não atingiu quer os objectivos, quer o grau de execução programado aquando da elaboração do PDM.

Considerando também que:

- **Almada deverá consolidar a sua centralidade metropolitana, assumindo claramente o seu papel no contexto regional, nacional e internacional, e também afirmar a sua especificidade ao nível do turismo e do lazer, da Investigação, Inovação e Tecnologia e enquanto Centro Universitário;**
- **Constitui um dos objectivos estratégicos, não só local, regional como nacional, o pleno desenvolvimento de novas indústrias de base tecnológica como meio de diversificação e enriquecimento da base económica do concelho e da criação de bolsas de emprego altamente especializado;**
- **A estratégia aprovada no Plano Regional de Ordenamento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) vigente enfatiza a vocação de Investigação e Desenvolvimento do território ao longo do eixo do Monte da Caparica - Almada;**
- **É estratégico o pleno e célere desenvolvimento de indústria de Base Tecnológica assente no eixo Pragal - Monte da Caparica através de uma forte componente de actividades terciárias,**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

polarizadas em torno da estação multimodal do Pragal, e das actividades de Inovação e Desenvolvimento (I&D) relacionadas com instituições de ensino superior instaladas;

- A Câmara Municipal de Almada, em consonância com este objectivo, decidiu isentar totalmente da taxa municipal de urbanização a instalação de empresas que se enquadrem no domínio das indústrias de base tecnológica;
- A plena concretização do Metro Sul do Tejo (MST), acentuou-se uma nova dinâmica territorial ao longo do seu espaço canal e nas áreas adjacentes, designadamente no eixo Monte da Caparica - Almada, o Madan Parque e as universidades instaladas, potenciando as expectativas de desenvolvimento deste território;
- A implantação destas opções estratégicas ao nível da I&D num contexto regional e global de elevada competitividade não é compatível com a figura clássica do Plano de Pormenor, ainda não liberta de práticas administrativas de limitada execução;
- A Câmara deliberou iniciar os estudos para a revisão do PDMA em 2008/12/17, constituindo um dos seus pilares de desenvolvimento reforçar o desenvolvimento do Pólo Universitário e de Inovação;
- Considerando ainda:
 - Nos termos do disposto no nº 1, do artigo 93º, do DL-380/99, de 22/9, com a redacção dada pelo DL-316/07, de 19/09 e declaração de rectificação nº 104/07, de 06/11, os instrumentos de gestão territorial podem ser objecto de alteração, rectificação, de revisão e de suspensão;
 - Nos termos do disposto no nº 4, do artigo 93º, a Suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes;
- Considerando também
 - A CCDD-LVT, em 21.06.2011, emitiu parecer favorável à pretensão da CMA em proceder à suspensão parcial do PDMA através do seu ofício S07265-201106-P-S.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos previstos no artigo 100º, nº 2, alínea b) do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, e do art.º 53º, nº 3, alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

1 - Aprovar a Suspensão Parcial do Regulamento do Plano Director Municipal de Almada - PDMA e respectivas Medidas Preventivas e ao subsequente processo de publicação, registo e depósito previsto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT.

2 - A suspensão parcial do Regulamento do PDMA incide sobre o disposto no nº 1, do artigo 112º do Regulamento do Plano Director Municipal de Almada, visando a plena e imediata implementação das opções estratégicas do Município, em consonância com as políticas regionais e nacionais e não terá qualquer implicação nos demais elementos e orientações de planeamento do PDMA.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3 - Para efeitos do disposto no artigo 100º, nº 8, do Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, são estabelecidas as seguintes Medidas Preventivas:

- **A suspensão deverá ocorrer até à Revisão do PDMA, num prazo máximo de dois anos;**
- **Incidem territorialmente sobre Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Monte de Caparica - UNOP 5 ao nível da classe de Espaços de Investigação e Desenvolvimento (I&D), conforme planta em anexo à Proposta da Câmara;**
- **Na área objecto da presente suspensão aplicam-se todas as demais normas do Regulamento do PDMA.**

8 - Não havendo mais pedidos de palavra e tendo em consideração a hora foi decidido interromper os trabalhos e deliberado realizar mais uma reunião em data a acordar.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores Paulo José Fernandes Pedroso, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Maria Amélia de Jesus Pardal, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.

10- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Susana Carvalho Fernandes, Agência Lusa, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de cinquenta e quatro Senhores Municípes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 04 de Outubro de 2011.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____